



**Ata da sessão ordinária da assembleia municipal de Tondela de 22 de fevereiro de 2019**

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tondela, no edifício do auditório municipal, com a ordem de trabalhos abaixo descrita.

Antes de se dar início à sessão, tomou posse o membro Martinho Loureiro em virtude do membro Marisa Fernandes ter solicitado a sua substituição por um dia.

Iniciados os trabalhos pelo presidente da mesa da assembleia, foram entregues na mesa três credenciais, da senhora presidente da junta de freguesia de Canas de Santa Maria, do senhor presidente da junta de freguesia de Lajeosa do Dão, do senhor presidente da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo à luz da qual se fizeram representar, respetivamente, por João Carlos Figueiredo, Firmino dos Santos e José Carlos, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

De acordo com a folha de presenças, não se registaram faltas.

**1-Período de antes da Ordem do Dia**

**1.1 Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 17 de dezembro de 2018**

Não havendo intervenções, foi colocada à votação a ata da sessão ordinária de 17 de dezembro, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, pelos presentes na sessão de dezembro.



## **1.2 Discussão e votação da ata da sessão extraordinária de 23 de janeiro de 2019**

Não havendo intervenções, foi colocada à votação a ata da sessão extraordinária de 23 de janeiro, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, pelos presentes na referida sessão.

## **1.3. Leitura de expediente**

Foram presentes pareceres enviados pela Associação de Assembleia Municipais; Carta do senhor Jorge Manuel Martins Ferreira que informa que o processo judicial entre a União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo e o Movimento Cívico de Tourigo e Pousadas foi concluído por acordo; Relatório de atividades da CPCJ; agradecimento do Presidente do Conselho Diretivo do INEM pelo voto de pesar da assembleia municipal de Tondela; ofício da Direção Geral do Património Cultural sobre atualização do Atlas; emails do Grupo Parlamentar “Os Verdes” sobre: Abolição de portagens na A24, aplicação da cobertura de seguro escolar às deslocações em bicicleta; o relatório de atividade e financeiro do município. Os jornais: “Voz das Misericórdias” e “Associação”.

## **1.4. Exposição oral pelos Membros da Assembleia**

Iniciou-se o ponto com a intervenção da bancada do Partido Socialista, com o membro Paulo Albernaz, que se transcreve:

“A sociedade contemporânea em que nos movimentamos tem uma vincada filiação no século XVIII europeu e iluminista. Assim, sempre que nos queremos debruçar sobre o conceito de estado moderno temos, necessariamente, que retomar a teorização iluminista e ir mesmo mais atrás para recuperar o matricial John Locke. De facto, aquando da Gloriosa Revolução (em Inglaterra) o puritano Locke reflecte e teoriza tendo por base o ancestral parlamentarismo inglês, não sem mesclar esse ascendente de pluralismo político e social com o direito natural onde faz sobressair especificamente o direito à vida,



o direito à liberdade, o direito à propriedade. Estava iniciada a teorização liberal que há-de ganhar corpo, substância e pendor ideológico com o movimento das luzes ou iluminismo marcadamente francês. Neste sobressairão Voltaire com o seu “Tratado sobre a Tolerância”, Rousseau com “O Contrato Social” e Montesquieu com “O Espírito das Leis” que conjuntamente deram origem ao ideário do Estado moderno no qual rapidamente se arrumaram os membros das assembleias (legislativas) entre a esquerda e a direita, ou como alguns preferem dizer entre a Montanha e a Gironda, numa alusão directa aos primeiros anos republicanos da Revolução Francesa após o fim da monarquia constitucional por referência à constituição de 1791 e que culminará com a eliminação física, na guilhotina, de Luís XVI. Chegado a este ponto estar-se-ão a perguntar porque me estarei a dar ao trabalho (atrevido para alguns) de materializar uma quase aula de História que, ainda por cima, correrá o risco de ser um tanto hermética? Existe naturalmente uma razão, direi mesmo um conjunto de razões que passarei a clarificar tanto quanto puder e souber. Como já vos disse o Estado Moderno filia-se, fundamentalmente, nesta efervescência especulativa e revolucionária patrocinada pela reflexão liberal do inglês John Locke e por aquela outra do Iluminismo francês, devendo o dito estado entender-se como sendo uma dimensão institucionalizada do poder que se exerce sobre uma população concreta. Dito isto, falta acrescentar que este poder institucionalizado divide governantes e governados, necessitando amiudadas vezes do monopólio da violência e do direito para que possa ser exercida uma função simultaneamente coactiva e protectora sobre os cidadãos. Denote-se que esta função coactiva e protectora se articula de forma estrita no respeito pelo princípio básico da separação/divisão dos poderes, isto é, não temos no nosso estado moderno um poder concentrado e vertical mas sim uma realidade orgânica onde o legislativo, o executivo e o judicial se conjugam em simbiose e complementaridade, respeitando a soberana existência de cada um deles. É exactamente na abordagem destes três poderes que me interessa, que nos interessa gastar alguma reflexão. A nossa República que alguns clássicos gostavam de adjectivar como *República Cristhiana* não pode ser protagonizada por quem não tem lastro ético com decorrentes quadros morais. A República, a coisa pública não pode e não deve estar entregue a quem olha essa coisa pública com cupidez



Cláudia  
Santos  
17

e desrespeito, achando que o depositário da soberania (o povo) sofre de um certo autismo de atitude e aferição levando a que tudo seja inconsequente e solúvel. O exercício cidadão feito através do sufrágio, inicialmente censitário, e agora directo e universal para bem de todos, não pode permitir que no nosso estado moderno se desenvolvam comportamentos pautados pelo interesse mesquinho da apropriação imerecida como se de uma distração se tratasse. Não queremos advogar nenhum exercício de jacobinismo mas também não permitiremos nenhuma manobra de ilusionismo patrocinada por uma qualquer instância político-partidária. O primado da razão defendido pelos iluministas sempre foi a condição basilar para que a “Liberté, Egalité, Fraternité” do século XVIII francês pudessem chegar aos dias de hoje e se constituíssem como infra-estrutura obrigatória de uma sociedade alicerçada nas práticas sociais iniciadas nas décadas de 40 e 50 do século passado. É exactamente esse estado social ou estado providência, consubstanciado em meados do século XX, e que hoje muitos tentam aviltar, que exige que os actores políticos respeitem não só a memória dos factos mas sobretudo não se esqueçam que a soberania reside em o povo, a quem caberá, sempre, em tempo oportuno a última palavra sendo aliás esta a essência do velho contrato social estabelecido entre governados e governantes. Acredito, perdoem-me a imodéstia, ter contribuído para que se clarifique sobre como pensamos quando a ilicitude emerge nas sociedades democráticas e onde os intérpretes da representatividade política não podem agir por sua conta e risco, como se a virtude não fosse a matriz última da ética republicana, incompatível com relações de domínio entre indivíduos e pautando-se, sempre, pelo império da lei, pelo que a praxis política não pode ter outro objectivo que não seja a defesa da liberdade, a defesa do direito.”

Seguidamente, foi a vez da bancada do CDS/PP, intervindo o membro Abílio dos Santos. Anexo 1.

De seguida, passou-se a palavra à bancada do PSD, com a intervenção do membro João Carlos Figueiredo:

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, digníssima mesa, senhores deputados, comunicação social.

Boa tarde a todos.



Class  
R  
A7

Só dar uma pequena nota na sequência da intervenção genérica do senhor deputado Paulo Albernaz. Uma aula de história, obviamente é sempre um elemento enriquecedor para todos porque, sendo história, ficamos mais ricos quando a revivemos. Mas a aula de história deveria ter sido começada ou dada dentro do Partido Socialista, nomeadamente dentro do Partido Socialista de Tondela antes de a fazer nesta assembleia. Se calhar até acredito que o tenha feito, mas já o fez tarde, se o fez, por uma razão simples, se por um lado apregoamos a igualdade dos órgãos de soberania e o seu respeito, por outro lado não se pode avançar com insinuações, sejam elas por mais suaves que as queiramos catalogar. Mas, quanto à seriedade, senhor deputado, a seriedade vê-se nas coisas mais simples, mais humildes. Na assembleia municipal de dezembro, quando tivemos de votar um voto de pesar pela tragédia que aconteceu dos profissionais do INEM, nós tínhamos um texto. Foi dito tendo os senhores um texto, da nossa parte e sendo um sentido de voto com o objeto que tinha, nós prescindíamos de entregar o nosso projeto e votámos o vosso texto. Mas, depois, na comunicação social aparece um voto de pesar do Partido Socialista exclusivo. Como se só os senhores fossem sensíveis. Portanto, ser sério é ser sério, também, nas pequenas coisas como se tem de ser sério nas grandes. Se querem pregar moralidade, comecem pela vossa casa. Depois, também, dizer-vos uma coisa muito sincera, antecipar sentenças é fácil, leviano e irresponsável, porque uma pessoa pode ser, seja ela qual for constituída arguido, pode ser até acusado, pode participar num debate instrutório, pode ir até julgamento e não ser condenado. Agora, ter uma sentença com 54 páginas, em que a pessoa condenada num dos vários processos tem, teve a cobertura política do Partido Socialista concelhio. Obviamente, que fazer uma aula destas de ética e de moralidade, senhor deputado tem de fazê-la primeiro na sua casa antes de a fazer nesta assembleia.”

Continuou, de seguida, o membro Vera Machado com a intervenção que se transcreve:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Deputados,

Vereadores, Comunicação Social,



Após esta lição sobre a base da democracia e a separação de poderes, e presumo que também sobre a competência no exercício de funções, nada melhor do que falar sobre a saúde e de uma frase da Senhora Ministra, que espelha a postura e a prepotência de alguém que, mesmo perante o abismo e com erros grosseiros a acontecerem em permanência afirma: enterram-se os mortos e tratam-se dos vivos.

Senhores Deputados, infelizmente esta frase diz tudo.

Perante esta assembleia dizer-vos que, e parafraseando um Deputado da Assembleia da Republica da Bancada Parlamentar do PSD que o Partido Socialista é o pai do serviço nacional do Serviço Nacional de Saúde, aliás na década de 70 aprovou um decreto lei para o efeito.

Já o Partido Social Democrata é a mãe solteira do SNS, que criou a Lei de Bases que está em vigor há 30 anos e que, volta e não volta, tem que vir assumir a pensão de alimentos que, entretanto, o pai foi deixando de pagar.

Um dado curioso que não posso deixar de referir, é que foram sempre executivos socialistas que negociaram e inauguraram todas a Parcerias Publico-Privadas existentes nesse sector, e que em 2018 conseguem o fantástico, juntamente com o PCP e o BE votaram mais uma PPP para o Hospital de Lisboa Oriental.

Adoro a ideologia!

Este radicalismo típico de extrema esquerda e que domina a discussão socialista abomina o setor social e privado, mas não passa de um embuste.

Um embuste que desvia as atenções do falhanço do governo e do colapso do SNS.

A capacidade do SNS é hoje menor que no tempo da Troika, a espera de uma consulta ultrapassa os 1000 dias, ultrapassando claramente o prazo clinicamente aceitável.

A geringonça está a empurrar os portugueses para o setor privado.



A pergunta que se coloca é: o Serviço Nacional de Saúde está melhor ou pior que há uns anos atrás?

E caros deputados, do ponto de vista da medicina melhorou exponencialmente, as técnicas de diagnóstico e atuação são claramente mais evoluídas e eficazes, fruto de toda a investigação nacional e internacional desenvolvida durante décadas.

E os profissionais de saúde, dos médicos aos enfermeiros, dos assistentes técnicos aos psicólogos e administrativos, estão mais satisfeitos hoje do que estavam a algumas décadas atrás?

A resposta a esta questão é publica, não tem condições de trabalho adequadas, demitem-se de cargos de chefia, protestam e estamos a perdê-los diariamente, nomeadamente os mais jovens e mais qualificados que emigram diariamente.

E também sejamos claros, a capacidade de resposta do SNS é muito limitada e coloca-nos uma grande questão, senão a maior de todas, que se prende com as desigualdades sociais na saúde, principalmente no interior e perante cidadãos com insuficiência económica que nem as medicações prescritas fazem.

Fala-se e anuncia-se investimento e não se aplica na prática.

Salientar no período da troika o investimento na saúde era de 26 M€ e hoje é de 24M€. E dizem eles que não cativam...

É impossível fazer melhor com o atual financiamento, e convém ter claramente a noção que a saúde publica já só chega a 64% dos portugueses, estando os restantes 36% a pagar os cuidados de saúde do seu bolso em operadores privados.

É uma situação sem precedentes.

E é engraçada a postura do Senhor Primeiro Ministro que responde com quantidades, mais consultas, mais cirurgias, mais greves, mais contestações, e a qualidade? Onde está a qualidade Dr. António Costa?



E a promoção da saúde e a prevenção da doença que representa apenas 1% do orçamento dedicado à saúde?

E o capital humano? Os profissionais de saúde altamente qualificados e prestigiados que não se fixam em Portugal a trabalhar?

Ai, sobre essa emigração tão atual não falam? É que não vão lá com a redução da taxa de IRS...

Senhores deputados,

E a realidade do Centro Hospitalar Tondela Viseu?

Agora lançou uma campanha de marketing digital, onde permanentemente publicita o desempenho hospitalar como se de uma clinica de estética se tratasse...que brincadeira e falta de sentido de responsabilidade.

Orquestram farsas para dizer que os profissionais não cumprem serviços mínimos fazendo fretes de clientela, e em paralelo diminuem permanente as valências do hospital de Tondela que hoje se resume quase à prescrição de medicação para constipações.

E as obras nas urgências do hospital de Viseu, já com financiamento aprovado de 85%, será que não têm os 15 da comparticipação nacional?

Eu não quero acreditar que por haver poucos votos no interior em ano de eleições legislativas discriminam estes territórios...

E o Centro Oncológico não foi referido na campanha publicitária do Centro Hospitalar, o projeto foi abandonado? Será?

Mais um anuncio, mais um estudo e mais o fim de um projeto.

Termino lembrando que o mais importante neste setor é o doente e a sua relação competente, profissional, com meios que este estabelece com o profissional, e infelizmente esta equação degrada-se a cada dia que passa.”



O membro Regina Coimbra tomou da palavra, com a intervenção que se transcreve:

“Boa tarde!

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, restante mesa, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Srs. Vereadores, público em geral!

### **A Educação e o Ensino em Portugal**

É um tema que já aqui foi apresentado, mas que constitui uma preocupação constante...

Segundo a Constituição Portuguesa, no artigo 73, ponto 1, "Todos têm direito à educação e à cultura", ou seja, a educação é um direito que assiste a qualquer cidadão nacional.

Mais do que isso, de acordo com o artigo 74, ponto 1, "Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar"; no ponto 2, alínea a), diz que o ensino básico é universal, obrigatório e gratuito.

Naturalmente estas leis funcionam muito bem se um Estado tiver capacidade para suster as despesas com a educação, saúde, segurança social, etc...

Não é o caso do Estado português! Por isso, futuramente, nem todos vão ter direito ao ensino, porque vamos voltar ao passado, em que a educação era comum às elites com possibilidades financeiras, e não às massas.

Portugal vai voltar a ser um país de iletrados e incultos, porque não soube reduzir despesas naquilo que realmente era necessário, mas sim em sectores fundamentais para um povo como a educação.

O ensino em Portugal está a atravessar uma grave crise, não só a nível financeiro, em que é permanentemente reduzido o financiamento às escolas, mas também devido ao abandono escolar precoce.

Quem padece com todos estes males são alunos e professores, que mesmo se esforçando e dedicando a 100%, vão sendo oprimidos pelos "senhores de fato e gravata".



**2018 foi definitivamente um ano marcado por greves e em setores chave da sociedade: Educação, Saúde e Justiça.**

Aumentos salariais, descongelamentos/revisões nas carreiras, contratação de mais profissionais, os motivos para uma quase paralisação do país no último trimestre do ano são variados e, acredito, sempre (ou quase sempre) válidos. O direito à greve, consagrado na Constituição da República Portuguesa, é um direito de todos os trabalhadores, número mínimo de enfermeiros, isso obriga-nos, de facto, a uma reflexão profunda.

Com o aproximar das eleições legislativas, o mais natural é que aumente a contestação social e, por consequência, a intensificação das greves, nomeadamente dos enfermeiros, professores e da função pública em geral.

Mas... um ano de eleições também é, regra geral, um ano de diálogo e de conciliação, pelo que, principalmente no que concerne à luta dos professores, a equação 2 (anos), 9 (meses), 18 (dias) deverá aproximar-se definitivamente da de 9/4/2. Mas ainda há muita campanha pela frente.

Estamos muito receosos quanto ao futuro do ensino, pois tanta promessas e recuos, nos quais já não podemos acreditar... Não podemos acreditar e confiar, porque vem agora o Sr. Ministro da Educação anunciar que foi aprovado em Diário da República o recrutamento de 1067 assistentes operacionais, para assegurar as faltas dos que, entretanto, ficam de baixa médica.... mas promessa esta que já não é nova. É só mais uma, como tantas outras!!!

Caros Deputados, a educação, para nós, deverá ser um tema debatido de forma responsável, estruturada e organizada, não com politiquices e ambições eleitoralistas!!!

O Governo falhou, falha e continuará a falhar!

Esperamos que se consigam ultrapassar todos estes obstáculos para bem de todos!”

Foi dada a palavra ao membro Guilherme Duarte continuou que com a intervenção que se transcreve:

“Cumprimentos.



O Tempo aquece, começa a aquecer com a subida da temperatura, entre nós comentamos que hoje está mais quente e que já sabe bem este calor, simples comentários que compõem muitas das vezes o nosso dia-a-dia.

Ao calor do tempo, comparo-o muitas das vezes com o calor dos momentos, e não podemos negar que o momento já é quente, e apenas por uma simples razão. Hoje, Portugal, não é aquele calor harmónico que o Governo tenta transparecer para os portugueses, hoje Portugal é um país de assimetrias sociais, económicas e estruturais.

Como já é do conhecimento de todos, o Partido Socialista apresentou recentemente o seu Candidato às Europeias, o Ministro da propaganda, mais conhecido como o Ministro das Infraestruturas de papel e do planeamento eleitoral, Dr. Pedro Marques, e não tenho nada contra o próprio muito menos contra a sua legitima candidatura, tenho sim contra a forma propagandista e eleitoralista com que exerceu as suas funções de ministro, de forma a tentar cativar apenas e só o voto dos portugueses, à custa dos portugueses, para as eleições que se avizinham.

Infraestruturas e Coesão territorial, certamente já ouviram falar, eu também, e quando ouço falar do tema, associo uma quota parte do seu sucesso a um planeamento estruturado, sustentável, ponderado e eficaz. Os diagnósticos estão feitos, os pontos de intervenção estão mais que pensados e identificados, só falta que o governo e os governantes tenham a coragem de os assumir ou então que falem verdade dizendo que não conseguem.

Ora vejamos, Portugal entre 2014-2015 atingiu a maior execução financeira de Fundos comunitários. Hoje O Ministro das Obras de papel, depois dos dados da comissão europeia em que afirma que somos o sétimo país com maior execução, ainda tem a decência de dizer que estamos na liderança europeia, como dizia alguém, sim é verdade. Somos o país da União Europeia, começado por "P" e que faz fronteira com Espanha com a maior taxa de execução de Fundos Comunitários, esta é a forma socialista de comunicar.... Como veem uma falácia.



Ferrovias 2020, já todos devem ter ouvido falar, mas se perguntar à bancada socialista se conhecem algum projeto, nomeadamente da tão necessária linha da Beira Alta, certamente que não, apenas conhecem de ter ouvido falar qualquer coisa..., mas como sempre nada em concreto. Mas eu faço questão de explicar alguns pormenores. Certamente já ouviram falar do PNI, Plano Nacional de Investimento do governo, eu ajudo, não há lá nada para a Linha da Beira Alta, há sim Fundos da União europeia, cerca de 600 Milhões euros destinados a esta ferrovia em concreto e sabem onde estão 400 Milhões deste bolo?? Nos metros de Lisboa, Porto e Cascais. Sabem até quando o governo tem para executar os fundos da União europeia destinados a esta obra?? Eu digo-vos...até 2022, acham que conseguem?? Bem...eu desde que ouço dizer que há vacas que voam, já posso acreditar em tudo... concluo que é mais uma falácia.

Plano de proximidade, certamente também já ouviram falar, o distrito de Viseu, até 2020 tinha direito a cerca de 28 milhões de euros, verbas destinadas, como o próprio nome diz a criar condições e estruturas físicas que trouxessem maior qualidade de vida e proximidade entre as regiões, sabem quanto já foi libertado pelo governo?? 0 Cêntimos!! Ou seja, mais uma falácia.

Portagens na A24 e A25, aquelas que o Sr Ministro das obras de papel aumentou no último orçamento de estado, ou seja, premiaram quem mora em Lisboa e Porto reduzindo o valor dos passes sociais ao invés de reduzirem o valor das portagens nas rodovias do interior.

E entre muitas outras falácias, que hoje retirava todo o tempo à minha bancada se as continuasse a enumerar, mas há uma do qual não me posso esquecer, que era considerada uma obra prioritária do Plano nacional de Investimentos, a requalificação do IP3.

Caros amigos, sinceramente já não acredito em nada, tenho pena de quando o Sr. Ministro das obras de papel, visitou o nosso concelho recentemente não ter tido a oportunidade de lhe perguntar o ponto de situação da requalificação do IP3. Se bem se lembram, em abril de 2014, um porta-voz da União Europeia afirmou que Fundos Comunitários para estradas em Portugal acabou e anda este senhor a querer tentar lançar



obra sem fundos comunitários e sem as Infraestruturas de Portugal terem um tostão para tal investimento. Sinceramente já acho que seja mais uma falácia.”

Seguidamente, o membro Rui Santos interveio:

“Senhor presidente da assembleia, senhores deputados, senhor presidente da câmara, minhas senhoras, meus senhores, comunicação social.

Não era para vir aqui, aliás gosto pouco destas coisas de pingue pongue. Mas, há duas ou três coisas que convém clarificar.

Em primeiro lugar, queria dizer ao deputado João que o texto do voto de pesar que foi enviado, até tinha as assinaturas de toda a gente. Eu não sou responsável por essa publicação. Não sou eu que faço jornais. Eu disse que foi aprovado por unanimidade, porque subscreveram, na informação que enviei. A declaração de voto, essa sim era nossa. Eu não respondo por aquilo que não escrevo. Falou aqui num processo que eu desconheço e, portanto, eu não posso falar.

Devo dizer-lhe que eu pessoalmente nunca faço insinuações, até porque assumo as coisas quando tenho de as dizer e estaremos cá para isso.

Gostava de deixar aqui duas ou três notas. É engraçado que se fale em educação e no sistema, quando por acaso chegamos no ano passado, nos dados apuramos pelo Instituto, em Portugal chegamos à menor taxa de insucesso e à menor taxa de abandono dos últimos anos. É engraçado. Podíamos ir por aí fora.

Como sabem há questões que foram aqui levantadas em relação ao Centro Hospitalar Tondela Viseu, por as quais tenho algum empenho e questão. Até já desafiei os elementos do PSD para apresentarmos uma moção, a exigir o desbloqueamento. Na altura ninguém quis fazer. Eu farei isso na próxima assembleia, uma vez que a candidatura foi aprovada e o termo de aceitação foi devolvido já no mês de janeiro ao hospital. Se isso não estiver resolvido até ao final deste mês, tomarei a iniciativa de apresentar a moção nos lugares que entenderei. Não estou sujeito a nenhum governo, nem estou à procura de fazer intervenções bonitas para listas de deputados ou outras. Não preciso, felizmente.



*Handwritten signature in blue ink.*

Portanto, em relação a isso é uma coisa muito interessante e só queria dizer por acaso embora não seja esse projeto, é engraçado que foi desenvolvido por um projeto. Havia uma candidatura a projetos de referenciação de doenças oncológicas que por acaso na altura, em 2015, a administração do hospital de Viseu esqueceu-se de entregar, porque o limite do prazo era 22 de setembro, acharam que por ser feriado municipal em Viseu, que no resto do país também era.

Quanto ao centro oncológico, de facto, continuam algumas discussões para resolver o problema do acordo, integrado com o IPO de Coimbra, para resolver alguns problemas que existem no hospital.

Quanto às urgências, não percebo muito bem o que se está a passar. Mas cá estarei para continuar a tomar a posição perante aquilo que eu puder fazer.

Já agora, só uma coisa para o senhor deputado Guilherme. Há em todos os países, um gabinete que faz o acompanhamento dos fundos comunitários. O último relatório diz que por acaso que nós somos em valor absoluto nos últimos anos o país com maior taxa de execução, dos que tem financiamento acima de sete mil milhões de euros, e em termos absolutos é a Polónia em termos de dinheiro recebido. Só estamos a falar desta questão, que é totalmente diferente daquilo que diz aqui.

Já agora para sua informação, em relação à linha da Beira Alta, se leram os papeis, há uma coisa que foi decidida desde o principio, era criar prioridades absoluta à resolução do problema da ligação que estava suspensa há quinze anos, entre a Covilhã e Guarda, para permitir a circulação das mercadorias por essa linha, para depois começar as obras na linha da Beira Alta.

Quanto ao IP3, o senhor presidente da câmara transmitiu aqui a mesma informação que eu tinha. Neste momento, está em fase de concurso. O que estão a decorrer são algumas obras de conservação nos taludes da Livraria do Mondego e acima, onde há um estreitamento. Acho que estão a andar devagar demais, mas isso é o que estava para já previsto. Ainda não há para já nenhuma razão de pensar que o assunto esteja



esquecido. Se estiver, eu também cá estarei para tomar posição sobre isso. Não tenha dúvidas.”

O membro Paulo Albernaz interveio:

“Senhor deputado João Carlos, há uma coisa que lhe quero dizer muito claramente, não fiz insinuações. O que fiz foi uma declaração de princípios. Que é uma coisa completamente diferente. Portanto, não atiremos poeira para o ar. O que fiz, aqui, e repito, foi uma declaração de princípios éticos e republicanos. Não fiz insinuações. Não tenho esse hábito. Nunca me conheceram esse hábito. Há uma coisa que também quero dizer e toda a gente sabe, também nunca sofri de medo, nem precisei de algumas coisas para trabalhar. É uma declaração de princípios, que fique claro.

Quanto ao malabarismo da minha aula de história, como é visível, não sou dado a malabarismos, até porque a minha condição física não o permite. Sou muito sério naquilo que faço.

O senhor deputado Guilherme tem de ter cuidado com os adjetivos, senão um destes a coisa pode ser desagradável para si. Chamar à minha aula “malabarista” é no mínimo ofensivo da sua parte. Cuidado com os adjetivos. Estamos aqui, a fazer um trabalho sério. Como facilmente perceberá aquilo que eu escrevi e li aqui, não é coisa que se escreva nem que se faça em trinta minutos. Requer, naturalmente, algum trabalho, alguma seriedade intelectual. É com essa seriedade que eu procuro defender o meu concelho. Agora, naturalmente, temos pontos de vista diferentes, para isso é que cá estamos. Por isso é que há direita e esquerda. Para que fique claro a esta assembleia, fiz aqui uma declaração de princípios, não fiz aqui insinuações. Alias, se os senhores leram bem a posição pública do Partido Socialista sabem que nós não fizemos insinuações nenhuma. Quanto ao malabarismo, aquilo que lhe aconselho é que tenha algum recato com os adjetivos. Muito obrigado.”

O membro João Carlos Figueiredo voltou ao debate:

“Muito rápido e não querendo entrar em pingue pongue. Há questões de princípio que importa também relevar, senhor deputado Paulo Albernaz. Foi no plano dos



princípios, que eu exatamente lhe respondi e dei exemplos corretos, objetivos da falta do cumprimento desses princípios. Quanto à sua postura tida agora relativamente a um elemento da bancada do PSD, desculpe que lhe diga, há o princípio do respeito e não da ameaça. O que o senhor faz aqui é uma ameaça. Nós não temos medo. Que fique bem claro, não temos medo. O senhor diz que não tem medo. Mas, nós também não temos medo. O medo releva-se pelos atos que praticamos e elas palavras que usamos. Nós somos responsáveis pelas palavras que usamos. Por aquilo que o senhor percebe, obviamente, vai alguma diferença. Tem direito a ficar indignado, tem. Mas, não tem direito a ameaçar.”

O membro Guilherme Duarte interveio:

“Há uma coisa que eu lhe garanto, deputado Paulo Albernaz, e que nos diferencia não só a política, a nossa forma de atuação cívica. Isto, hoje, ficou clarinho. Não percebo, interpretou certamente que o malabarismo que eu referi, como fez questão de o dizer, pode não ser só físico. vocês têm uma cartilha nacional que faz malabarismos de palavras. Já uma vez numa intervenção, aqui, com o senhor Joaquim Santos, em brincadeira, ele fez questão de me dizer “atiraram-te aos cães”, julgo que foi assim. E sabe o que é que lhe respondi na altura, com todo o respeito “aqui ninguém me come”. Percebe? Espero que aquilo que aconteceu, dada a sua idade e dado o tempo que exerce cargos políticos, deve ensinar os mais novos como é que se faz. Não é assim. Assim não se aprende a fazer política. Deve haver respeito e consideração por quem pensa diferente como disse e bem. Por isso tenho o direito de dizer o que acho, sem ofensa e sem por em causa a capacidade que cada um tem, se demora 1, 2, 3 ou 5 horas a escrever intervenções. Se um é mais ou menos intelectual que outro, acho que isso nem é para aqui chamado, nem deve ser aqui discutido. Acho que o senhor deve respeitar principalmente quem é mais novo nesta assembleia municipal. Como eu também respeito e aprendi a respeitar quem é mais velho.”



## **2-Período da Ordem do Dia**

### **2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro**

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

“Senhor presidente da assembleia, restantes membros da assembleia, senhores vereadores, público presente, comunicação social.

Antes de entrar propriamente na apreciação das atividades da câmara, há duas ou três matérias que julgo serem importantes para o nosso território. Nesse quadro, que em particular no domínio da saúde, podemos aprofundar algumas das questões que hoje foram trazidas, que não são novas e que se vêm agonizando.

No quadro destes fundos comunitários, negociados no Pacto de Desenvolvimento de Coesão, que vigoram de 14 a 20, foi claramente assumido pelos 14 municípios a inclusão de uma verba, que está prevista no Pacto, para a ampliação da urgência do Hospital São Teotónio integrado no Centro Hospitalar Tondela Viseu. Isto é um facto. Já por várias vezes, das diferentes bancadas, temos questionado, inquietado pela circunstância de não ter sido até hoje desbloqueada e que impedem que esta obra seja reconhecida como plurianual e que a componente nacional esteja disponibilizada. Esta circunstância é preocupante para toda a região e necessariamente para o nosso concelho. A par desta questão tem sido notório a circunstância de a relação intra-edifícios do Centro Hospitalar, falo em concreto da unidade de Tondela com a unidade de Viseu, terem de ser melhoradas em particular naquilo que é a relação do transporte dos doentes. Não é a circunstância de uma vez, de duas, de três ou de quatro, que se conhecem situações onde a deslocação intra-hospitalar não é célere, não é oportuna e não é adequada às circunstâncias. Isso deve merecer-nos, a todos, temos a obrigação, de contribuir para que esta reflexão se aprofunde. Como também é verdade que por várias vezes, a última em junho de 2017 em que é anunciado o concurso para a radioterapia para Viseu com indicação do início das obras. Não é a circunstância de sabermos deste atraso que em si é a questão nuclear. O facto é que, hoje, ainda não há uma estratégia assumida para qual o



*Handwritten signature in blue ink.*

modelo de financiamento do centro de radioterapia. Há uma noção do modelo funcional, com a agregação aos HUC, mas não há um modelo de financiamento. Estas razões, julgo que todos as percebamos, são razões demasiadas significativas e importantes para que não possamos de uma forma conjunta olhar para elas como problema regional, transversal aos diferentes partidos. Bem sabemos que se aproximará uma campanha para eleições legislativas, bem sabemos que por essa razão provavelmente este processo ficará parado mais um ano. O que é um facto é que teremos mais um ano onde sobre estas matérias não teremos evolução. Isso é preocupante. Por essa mesma razão, queria deixar esta avaliação que se conjuga com uma visão mais lata. Aquilo que hoje está a acontecer no país, com aquilo que é visto como um choque profundo no modelo de organização do SNS versus ADSE, é uma coisa absolutamente preocupante. Alguém dúvida que a não existência de um sistema de proteção na saúde como a ADSE arrastará para cima do SNS pelo menos mais de 1,2 milhões de utentes. Naturalmente que isto terá implicações profundas no sistema. Não deixo de dizer aquilo que penso, como alguém que em primeiro lugar defende a igualdade de oportunidades e que o Estado deve ser sempre o garante da fiscalização de todos aqueles que tenham contratualizações com o estado. Ao estado assume essa responsabilidade. Alguém compreende que sendo o estado que tem essa fiscalização, agora venha dizer que há serviços prestados pela ADSE que estão fora dos preços de mercado? Então se é o próprio estado que faz acordos de valência, se o próprio estado que contratualiza com os hospitais privados, agora vem dizer que não fiscalizou, não exerceu a sua função de controlo sobre os custos do estado? As questões são demasiado importantes na fase em que estamos a viver. Como não quero entrar naturalmente nas razões que levam em que grande parte se criou uma expectativa em Portugal de que tudo era possível e essa expectativa começou quando se reduziu a carga horaria semanal dos enfermeiros de 40 para 35 horas. Ninguém põe em causa a legitimidade. Mas quando se abre essa porta tem de se ter a garantia que depois de aberta há condições para lhe dar continuidade. É a partir daqui que começa o colapso que hoje é sentido no sistema nacional de saúde. É um problema do país e é um problema que deve ser avaliado.



Num outro domínio gostaria de me referir às matérias aqui trazidas do IP3. Permitam-me que não tenha o mesmo alinhamento político daquilo que a bancada do PSD, nesta matéria trouxe, por uma razão de confiança nas pessoas. Até ao limite, espero o compromisso das obrigações que o estado português, na pessoa do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, assumiu com a região. No dia que não cumprir esse quadro, cá estarei para levantar a voz. Neste momento com atrasos, ainda tenho a firme convicção de que o compromisso com a região seja um compromisso para manter. Não é um compromisso com o presidente da câmara de Tondela, mas também é um compromisso com o presidente da câmara de Tondela. Não é um compromisso com a AIRV, mas também é um compromisso com a AIRV. É um compromisso com a comunidade intermunicipal e com um conjunto de autarcas que se comprometeram com este propósito. O que está previsto nesta matéria, em primeiro a adjudicação desde o ano passado a intervenção em três pontos críticos do IP3: o nó da Espinheira, o nó a seguir à descida para o Betão, em Penacova. Todos estes trabalhos deveriam estar concluídos. Não estão. Mas, são trabalhos de conservação. O que aconteceu agora mais recentemente, a 18 de janeiro, foi a assinatura do contrato para uma intervenção entre o nó de Penacova e o nó da Lagoa Azul. Esta intervenção é a mais barata de todas, andarà na casa dos 13 milhões de euros. O consorcio que ganhou a obra espera agora o visto do Tribunal de Contas. Nestes 13 km haverá a colocação de separador central, ligeiro alargamento da plataforma, iluminação de todas as saídas de viragem à esquerda, drenagem, sinalização vertical e horizontal e repavimentação. É uma obra no quadro daquilo que todos queríamos. Aquilo que é mais relevante para nós é que rapidamente seja indicada qual a empresa que foi selecionada para o projeto desde a ponte de Foz do Dão até ao limite do IP3, a seguir ao concelho de Tondela, e do outro lado até Souselas. Porque é aí que haverá a duplicação integral do IP3 em perfil de autoestrada não portajada. É aí que estarão os investimentos que rondaram os 120 milhões de euros. Somos os primeiros acreditar de que aquilo que negociamos é para cumprir. Seremos também os primeiros se e quando, espero que nunca, haja o não cumprimento desse objetivo para o denunciar. O compromisso com a região é este e espero por isso que ele seja claramente materializado.



Tal como se colocou no relatório de atividades, gostaria de referir algumas notas, não preciso de repetir que o concelho de Tondela é o que tem o maior número de primeiras habitações em construção ou reconstrução. À data de hoje, todas as pequenas intervenções que não estavam na empreitada da CCDRC, isto é até 25 000€, estão praticamente, senão mesmo, concluídas. Poderá estar em causa o pormenor de uma fatura, a demonstração de um seguro. Dizer que estão as obras concluídas não é o mesmo que dizer estar o processo fechado. Por outro lado, da grande empreitada da CCDRC, temos a convicção que até à Páscoa deixaremos grande parte destas habitações concluídas. É sabido que no dia 2 de janeiro se entregaram 18 processos. No arranque do mês de março teremos mais um lote de casas para entregar, tal como durante o mês de abril. Mesmo assim, com todo este esforço gigantesco deveremos ter por concluir, depois da Páscoa, cerca de 20 habitações. Algumas porque são de áreas consideráveis, outras por razões burocráticas e processuais dos proprietários, por questões legais associadas a registos que também se iniciaram mais tarde. Não há nenhuma obra, à data de hoje, que não se tenha iniciado ou que não evidencie progresso e estou convicto que até à Páscoa deixaremos grande parte deste lote resolvido.

Quanto às habitações não permanentes, como é sabido temos um regulamento para quem pretendesse recuperar 2ª habitações o pudesse fazer. Mas para ser objetivo, tenho de dizer, que ninguém pode na mesma povoação estar à espera de ter uma primeira e uma segunda habitação. Por essa mesma razão, não viabilizamos algumas operações de 2ª habitações, pesem embora as pessoas terem casas de 1ª habitação de um lado da rua e outras habitações do outro lado da rua, bem que tenham eletricidade ligado. Mas, acima de tudo são questões de natureza ética que estão em causa. Mesmo assim estaremos com um número de cerca de 3 dezenas de famílias que estão a ponderar recorrer aos apoios públicos do município para a avaliação do apoio às 2ª habitações.

Por fim, quero dizer que estamos a desenvolver com grande celeridade vários projetos que são necessários para cumprir com aquilo que são objetivos e propósitos que temos ainda na operação pós incêndio. No domínio das infraestruturas rodoviárias, ao contrário do incêndio de junho de 2017, onde foram disponibilizados fundos de



emergência municipal. Para os incêndios de outubro, os fundos que foram disponibilizados foram do fundo de solidariedade da união europeia. Estes fundos, só no final de 2018 é que ficaram disponíveis. Quer isto dizer que neste momento estamos a acelerar muito para que até ao verão tenhamos em curso algumas obras de reabilitação na rede viária, em concreto naquelas infraestruturas que foram atingidas pelo incêndio ou que conseqüentemente ao incêndio sofreram fortes degradações. É assim que acontece na estrada de Dardavaz que nos liga a Várzea do Homem e que nos liga ao Borralhal. É uma estrada que tem uma intensidade de tráfego muito elevada, pelo facto do aterro sanitário estar situado no Borralhal. Conseqüente aos incêndios grandes quantidades de taludes têm entrado em situação de degradação, porque se as árvores que suporte os mesmos arderam, naturalmente que agora lhes falta sustentação. Acontece, igualmente, quando se sai da EN 228, em Barreiro de Besteiros, via Arnosa e via cruzamento para o Vale. Com os senhores presidentes de juntas de Dardavaz, quer da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo reunimos no sentido de poder iniciar-se alguns trabalhos que é necessário com os proprietários, porque se vamos mexer em taludes, vamos ter que mexer na parte contrária para garantir desvio do eixo da via. Também está previsto intervenção no troço da 228, entre a rotunda do Couço, em Caparrosa para Boa Aldeia até ao limite do concelho. Assim, como a reabilitação e recuperação da generalidade dos percursos pedestres que temos no concelho, a que se associa a estação rupestre de Molelinhos e projeto Ambientes do Ar. Há várias intervenções que brevemente terão que se iniciar para darmos resposta a esta intervenção que estamos a ultimar.

De seguida, o presidente da câmara municipal apresentou o relatório de atividade e financeiro (anexos 2 e 3), acompanhado pela visualização das atividades desenvolvidas no período que decorre desde a assembleia de dezembro até à presente data.

Seguidamente, o membro Jorge Batista interveio:

“Senhor presidente da mesa, mesa, caros deputados, senhor presidente da câmara.

Conforme o senhor aqui mencionou e tive oportunidade de reparar recentemente, a estrada que liga Lobão a Canas foi intervencionada, tendo sido marcado o eixo central que marca as duas faixas de rodagem. Perguntava se a intervenção nessa estrada já está



concluída, pela seguinte razão, é que reparei que as margens que separa as faixas de rodagem para a berma não estão marcadas, o que é importante para efeitos de segurança rodoviária.

Quando se sai de Lobão da Beira para a Lajeosa, fica do lado direito a ETAR. Há um pouco atrás a vedação estava danificada, o seu interior estava cheio de mato. Como a vedação estava danificada, muitas pessoas, naturalmente pouco civilizadas, colocavam lá o lixo. Não sei se teve oportunidade de tomar conhecimento disso e quando é que podemos contar com a intervenção naquela zona. Obrigada.”

O membro Mário Simões tomou da palavra, com a intervenção que se transcreve:

“Ex.mo Sr Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mo Sr Presidente da Câmara

Ex.mos srs. Deputados, presidentes de junta, comunicação social

O tempo que mediou a nossa tomada de posse até hoje, para além do árduo trabalho desenvolvido, serviu também para fazer uma análise profunda ao estado em que se encontrava a gestão da nossa freguesia.

Numa 1ª fase, depois da resolução das questões prementes decorrentes dos trágicos incêndios, uma das nossas preocupações centrais foi identificarmo-nos com a obra de transferência do saneamento de Caparrosa para a ETAR de Caparrosinha. Reconhecerá V. Exª que tudo fizemos para agilizar as escrituras de direito de superfície, assim como colaborar em tudo o que os serviços nos foram solicitando. Aguardamos ansiosamente pela resolução deste problema ambiental que continua a ser uma preocupação central para nós.

Da análise do Relatório de Atividades da Câmara Municipal, relativamente às intervenções decorrentes da candidatura ao fundo de solidariedade da União Europeia, tendo em conta a hierarquização de prioridades, chamo a atenção para o avançado estado de degradação do troço da ex ER 228 entre Caparrosa e o limite do Concelho na ligação à A25. Sendo hoje uma das principais “portas” de entrada no nosso Concelho e acesso



privilegiado às zonas industriais, o aumento significativo do tráfego transformou esta via muito deficitária para os seus fins. Acrescido às reduzidas dimensões da via e à quase inexistência de marcações, tem na rotunda do Couço um defeito estrutural que, aliado à falta de civismo, ao facto de a via ser naquela zona um eixo urbano e o excesso de velocidade dos veículos que ali transitam, torna aquela via extremamente perigosa como comprovam os frequentes acidentes que ali ocorrem.

Sr. Presidente, os utilizadores da via e as populações não compreenderiam que esta não fosse uma prioridade nas intervenções a efetuar!

Aproveito também para salientar um pequeno troço que liga a 228 ao limite do Concelho com a Boaldeia junto à INCOVECA, que se encontra muitíssimo danificado. Em consequência passagem frequente de carros pesados, o piso encontra-se totalmente destruído. O impacto do mau estado desta via é ainda exponenciado pela gritante diferença da qualidade da via no extremo do Concelho de Viseu que contrasta fortemente com o pequeno troço no nosso Concelho.

Se me permite, queria também fazer uma sugestão para melhoria da articulação dos serviços com o Presidente de Junta. Não sabendo se é um problema identificado por outros Presidentes de Junta, penso que seria mais profícuo, com a consequente rentabilização de recursos, que, quando os serviços se deslocassem à freguesia, esse facto fosse articulado com o Presidente de Junta. Quando uma equipa vai despejar uma fossa, tapar um buraco ou ligar uma lâmpada, essa articulação, porventura, permitiria informar da existência de uma outra fossa, uma outra lâmpada ou um outro buraco. Deste modo, evitar-se-ia a duplicação de deslocações ao mesmo local.

Sr. Presidente, tal como é do seu conhecimento, a gestão do dia a dia da nossa Junta de Freguesia tem sido uma tarefa hercúlea na resolução de problemas herdados do anterior executivo. Desde a primeira hora fomos sendo confrontados com surpresas desagradáveis que fomos solucionando e partilhando com V. Ex<sup>a</sup>.

Ora, decorridos 489 dias da nossa tomada de posse, somos novamente, e incompreensivelmente digo eu, surpreendidos com mais um lapso do anterior executivo



que não nos informou que um equipamento, o limpa bermas, embora devidamente referenciado no inventário, não é propriedade da junta de Freguesia. Fomos agora informados que o nosso equipamento tem uma grande avaria com custos muito elevados e que foi depositado numa oficina sem qualquer ordem de reparação.

Sr. Presidente, depois de pagarmos dívidas às finanças, à ARS, os programas de contabilidade e manutenção durante todo o mandato anterior, as várias reparações e serviços a diversos fornecedores, os apoios em falta ao movimento associativo, faltando ainda as obras na sede da Junta em Silvares, não consigo mais calar a minha indignação pela forma irresponsável e desleal como tudo isto aconteceu.

Um digníssimo ex primeiro ministro, quando tomou posse, ficou célebre pela tirada: “O País está de tanga!”

Sr. Presidente, em outubro de 2017, e é com tristeza que o digo, à freguesia de Caparrosa e Silvares nem a tanga se conseguia ver!

Não obstante todos esses obstáculos, encetamos um programa de projetos e candidaturas que nos permitissem cumprir os nossos grandes objetivos. Oportunamente, aquando da apresentação daqueles projetos, o Sr. Presidente manifestou a disponibilidade do Município de nos apoiar na percentagem correspondente ao promotor dos projetos. Registei até com agrado uma frase sua: “Não será por falta de apoio da Câmara que, no caso de as candidaturas serem aprovadas, as mesmas irão cair”.

Como compreende, o desassossego provocado por toda esta situação deixa-nos profundamente preocupados e receosos de alguma incapacidade financeira para executar o nosso programa.

Em face deste contexto, queria deixar uma questão objetiva ao Sr. Presidente que nos sossegasse deste sobressalto que esperamos seja o último:

Sr. Presidente, o Município continua disponível para apoiar a nossa Junta de Freguesia nas candidaturas que vierem a ser aprovadas, nomeadamente aos programas Valorizar e Equipamentos?”



Alcalde  
R  
B

Seguidamente interveio o membro João Carlos Figueiredo. Anexo 4

De seguida, interveio o membro Francisco Coutinho:

“Boa tarde, senhor presidente da assembleia municipal, membros da mesa, senhor presidente da câmara, restantes membros, caros companheiros presidentes de juntas e uniões de freguesias, comunicação social e público presente.

Eu, embora venha daquele lado da bancada, onde tenho o prazer de estar, estou aqui, como presidente da União de Freguesias de Tondela e Nandufe e é nessas funções que eu aqui intervenho. O povo de Tondela e Nandufe votou em mim e, portanto, estou aqui na representação dele. Tal como o povo de Tonda votou no Carlos Coimbra, o de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas votou no Paulo Roberto e o de Ferreirós do Dão no Senito. E, devemos ser nós que devemos estar aqui a representar essa população. Se não o fizermos não estamos a cumprir o designo para o qual fomos eleitos. Vou dar um exemplo, dentro de dias, vai haver eleições para o Partido Socialista, vamos imaginar que o senhor secretário ou tesoureiro da junta, são candidatos e ganham e de seguida, abordam-me e dizem-me para deixar de vir às assembleias municipais porque querem ser deputados e querem vir contrariar a governação do Dr. José António, querem defender a geringonça. Achariam correto que eu procedesse dessa forma? Acho que não. Portanto, acho que o lugar de presidente de junta é um lugar que não é alienável que não é transferível. E, nós políticos devemos abster-nos de praticar atos, no mínimo censuráveis do ponto de vista ético, para não desprestigiarmos o lugar para que fomos eleitos, não descredibilizarmos as instituições que servimos e para não sermos apelidados, como dizia o falecido Manuel da Costa Ventura, “de Pinóquios da Democracia”.

Portanto, perante as funções que exerço, como presidente da União de Freguesias, quero perguntar ao senhor presidente da Câmara Municipal de Tondela, Dr. José António de Jesus, um problema que é transversal a todo o concelho, mas eu vou perguntar nomeadamente sobre a cidade, iluminação pública. Sou intercetado na rua, as pessoas vêm ter comigo e perguntam quando é que é ligada a iluminação. Dizem que ouviram o senhor numa entrevista, nas Emissora das Beiras, prometer que ligava a iluminação. Eu não ouvi essa entrevista. No ano passado, o município marcou uma reunião, no dia 16 de



julho de 2018, depois não chegou haver a reunião, mas pediu que fizéssemos o levantamento de toda a iluminação da União de Freguesias, dizendo se era vapor de sódio, se era de led, se estavam ou não ligadas. Quero dizer-lhe senhor presidente, com toda a fraqueza e todo o respeito, parece-me que está fora de controlo a iluminação, pelo menos na União de Freguesias de Tondela/Nandufe. Os senhores desligaram no tempo da Troika um sem número de luminárias, colocaram um autocolante a dizer que por ordem do município estavam desligadas. Entretanto, em 2017, nas eleições, ligaram centenas de luminárias e não arrancaram os autocolantes. Os postes em Tondela facilmente são ligados, com uma chave abre-se a porta, liga-se o disjuntor e o poste fica ligado. Não sabemos o que está ou não ligado por ordem do município, o que está ou não avariado.

Senhor presidente, se o município pagou para desligar os postes e vai ter de pagar se os quiser ligar, pergunto se vai repor a iluminação. Se forem problemas económicos e se o município não tiver capacidade ou vontade de ligar, gostava de lhe perguntar se permite que a União de Freguesias de Tondela e Nandufe proponha suportar a ligação de pelo menos duas dezenas de ligação de luminárias, se por acaso não autorizar ou entender por cada poste que se ligue outro tenha de se desligar, se permite que lhe diga quais os postes que pode desligar para outros serem ligados. A iluminação tem imensas incongruências.

No dia de Todos os Santos, uma senhora disse-me que estava sem luz, já tinha reportado anteriormente, em frente ao portão da Quinta do senhor Urbano, na rua da Fraga onde vive uma senhora octogenária. A luminária de led fundiu-se em outubro, o dia de Todos os Santos foi no dia 1 novembro. Só depois de várias insistências junto do município e da EDP e passado quatro meses, a senhora que me dizia que vivia apavorada por estar completamente no escuro, sem qualquer sensação de bem-estar, foi ligado o poste na semana passada.

Depois, nas incongruências dou alguns exemplos, a rua Dr. David Almiro do Vale está toda iluminada com vapor de sódio. A rua 25 de Abril, que lhe segue e com menor custo energético, está poste sim poste não. Há duas instituições que hoje trazem muita gente a Tondela, o Clube Desportivo de Tondela e o Centro Hospitalar Tondela Viseu. O



*Claud*  
*P*  
*is*

CDT, tem a rua José Gouveia, junto à bancada nova, com iluminação de vapor de sódio, energeticamente mais cara, toda iluminada. O Desportivo de Tondela joga dez meses por ano, de quinze em quinze dias em casa e nem sempre à noite. O Hospital de Tondela é ladeado a sul pela avenida General Humberto Delgado, antigamente Presidente Carmona e agora conhecida pela avenida dos presidentes por lá morarem os últimos presidentes da câmara, essa rua não teve austeridade tem os postes todos ligados. A ponte temos a rua 25 de Abril, por onde entram e saem a maior parte dos utentes do hospital e as ambulâncias, está poste sim poste não e o estacionamento do hospital não tem um único poste de luz.

Por falar no hospital, senhor presidente, no outro dia um senhor chegou à Junta de Freguesia todo aflito porque a esposa tinha caído no Centro de Saúde. O Centro de Saúde está aberto até às 20 horas e inverno abrange duas ou três horas do período noturno e está tudo às escuras. Fui lá, ninguém sabia onde se ligavam as luzes. Fui à cave ligar o quadro de uma dúzia de candeeiros que deveriam ter ligado, só acenderam dois ou três. Uma funcionária, que não sei identificar, disse-me que antigamente era norma do executivo fazer manutenção. Peço ao senhor presidente da câmara que pessoalmente passe junto ao hospital de Tondela e do Centro de Saúde e que avalie as condições em que estão aqueles dois estabelecimentos.

A entrada principal da cidade de Tondela é um completo absurdo. Um visitante que venha a Tondela, e hoje temos milhares deles, devem pensar que somos albinos, alérgicos à luz. A rotunda a seguir ao Pingo Doce até à rotunda do Continente é uma perfeita escuridão, com o descaramento de terem sido abatidos postes de iluminação. À semelhança do que o município fez na rua José Bernardo da Silva em que as árvores derrubadas pela tempestade Leslie foram substituídas por pavimento, por cada árvore que se abate deve-se plantar outra, mas pavimentaram o piso. A rua entre as duas rotundas tem locais onde os postes foram completamente abolidos. Por isso, quando os senhores aprovarem o novo regulamento de toponímia talvez vá propor que aquela rua se chame a rua escura. Neste caso quero ler um poema do meu amigo Macarinho, poeta popular de Molelos, que escreveu assim: “Rotunda da escuridão, na rotunda que é chamada de



*Alcides*  
*RJ*  
*22*

Molelos e com razão (faço um parentese para dizer que não tem razão, a rotunda não está em Molelos, está na área territorial de Tondela) não está mais iluminada, ali aquilo é tudo escuridão. Também é triste constatar que entre e sai da cidade nem a do Ultramar tem qualquer claridade. E sem luz para nos guiar, em sobressalto permanente faz-nos logo recordar do Fojo de antigamente. Pois ali tudo era medo, no mimosal circundante e passar era um degredo para qualquer viajante. Por isso deixem-se de rodeios, querelas ou barafundas e iluminem os passeios, repondo a luz nas rotundas.”. Perante o que acabei de ler é notório que houve um retrocesso de décadas na iluminação daquele local.

Se porventura a solução for colocar um cartaz a dizer quem é a entidade responsável, que penso que não resultou, porque se resultasse amanhã tinha a União de Freguesias, tínhamos toda iluminado. O senhor parece-me que ali só terá duas soluções, se me permite, ou assume a responsabilidade de mandar os técnicos da câmara ao quadro junto ao Ponto Final cada vez que haja uma descarga para voltar a liga-lo ou então já viu tempo de o município tomar a responsabilidade de 300 metros de iluminação daquelas duas artérias.

De seguida, queria falar das passadeiras. Li no boletim informativo municipal que gastou 8 000€ para iluminar 5 passadeiras. Fiquei admirado, porque todos nós ouvimos, aqui, o senhor presidente, numa assembleia de 2018, dizer que não pintava a totalidade das passadeiras por questões de poupança. Respeito a sua opção, mas permita que discorde dela. Sabemos nós que cada refletor led custa cerca de 60€ e que cada passadeira necessita no mínimo de seis leds, o senhor poderia ter iluminado não 5 passadeiras, mas 20 passadeiras com os leds, à semelhança com o que fazem as demais vilas e cidades da região Dão Lafões. Gastaria 7 200€. Com a parte sobranete, os 800€ seria aplicado a pintar vinte e quatro passadeiras, porque cada balde de tinta para pintar passadeiras custa 200€ e no mínimo cada balde dá para pintar seis passadeiras.

Também quero pedir ao senhor presidente, por favor, que passe na avenida Dr. Marques da Costa e veja que a passadeira que está em frente à Farmácia Gama Vieira, não tem o holofote de iluminação e a que está em frente ao restaurante da ACERT, na rua Eduardo Coimbra está fundida.



Depois, quero convidar o senhor presidente a fazer as duas avenidas e verificar, pessoalmente, o perigo das passadeiras que estão entre a avenida Sá Carneiro e avenida Adelino Amaro da Costa. Uma em frente à Vila Rosa, ao restaurante Carioca, completamente as escuras. E na Tomás Ribeiro veja o estado das passadeiras, em frente à Praça do Comércio e na rua Aníbal de Figueiredo.

Não querendo ofender o senhor presidente da câmara e a memória de uma pessoa que vou aqui citar, deixem-me contar, aqui, uma história engraçada que quando vi a passadeira iluminada no Alto de Pendão, lembrei-me de um senhor dentista que trabalhou em Tondela. Esse médico muito gentil e delicado, qualquer pessoa que chegasse lá com dores de dentes a qualquer hora da noite ou do dia, porque estava sempre disposto a ajudar, queixávamo-nos com dores de dentes, o que fazia era amenizar o local com éter e ia buscar o alicate mesmo sem luvas e retirava o dente e lá vínhamos nós satisfeitos porque o problema estava resolvido, mas o problema era passado uma hora ou duas começava as dores e era a duplicar, chegávamos ao espelho e víamos que o dente que tinha sido retirado não era o doente, tinha era arrancado um dente bom. Os senhores fizeram exatamente o mesmo na passadeira do Alto de Pendão. Em vez de iluminar a passadeira, onde as pessoas passam, da avenida Sá Carneiro para a Frei Castelo Branco, aproveitando os semáforos, cujo candeeiro está mesmo apagado, estando uma enorme escuridão, foram iluminar uma mais acima onde ninguém passa.”

Atendendo que o membro Francisco Coutinho tinha ultrapassado o seu tempo regimentar, o senhor presidente da assembleia alertou-o, tendo o membro Francisco referido que a sua intervenção continuaria do período: “Outros Assuntos de Interesse para o Concelho”.

O membro Vera Machado interveio:

“Reitero os cumprimentos.

Só dizer ao senhor presidente da câmara que quando tiver problemas, envio-lhe um email para agilizar melhor e provavelmente será mais rápido. Desculpe lá Francisco dizer-lhe, que para quem vem aqui na qualidade de presidente de junta, fiquei um pouco



*Alcides  
P  
013*

confusa, pensei que a determinada altura tinha tirado o cartão de militante do Partido Socialista. Só para lhe dizer que todos os cidadãos são livres e tem o direito de querer representar as populações nos mais diversos órgãos de soberania e da administração do estado. Folgo em saber que vai haver eleições para a concelhia do PS, mas não seria necessário fazê-lo aqui, porque o PSD não se preocupa com a dinâmica interna dos outros partidos. Não nos diz respeito. Quanto a legitimidades e ambições, lá saberão o que é que se passa dentro da vossa casa e que de todo não são relevantes para o grupo parlamentar do PSD.”

O senhor presidente da câmara interveio:

“Procurar responder de forma objetiva e esclarecedora às várias questões colocadas.

O Jorge colocou a questão sobre a estrada Lobão / Canas, a opção foi mesmo só pintar o eixo central da via, na medida em que esta estrada tem bermas que estão relativamente degradadas, como se constata facilmente. Estão degradadas em 1º lugar por falta de estrutura no pavimento, é um problema de base, como sabemos é uma zona argilosa e isso carece de uma intervenção mais profunda. Entre não fazer nada, entre colocar dinheiro a pintar bermas que não teriam eficácia ou fazer só o eixo da via, a opção foi fazer o eixo da via, esperando que à frente possamos depois intervir nas bermas. Não sabemos quando, para ser realista, porque a 1ª prioridade é intervir nas obras que estão associadas ao FSUE, em termos de pavimentações. Depois, sim avançaremos para esse ponto. Sobre a ETAR na estrada Lobão / Lajeosa, conheço. Nos últimos dias andei a visitar toda essa zona de Lobão, precisamente por causa da preparação desse projeto e está previsto haver aí uma intervenção.

O presidente Mário colocou algumas questões, mas convém precisar que a conclusão óbvia, as dívidas não são do município. É que quem ouve a parte final, poderia ficar com essa ideia. A segunda questão que me parece importante, é que matéria desta natureza tem um primeiro fórum para serem discutidas, que é a assembleia de freguesia. De fato, aí deve ser clarificado, aliás já disse ao senhor presidente da junta essa situação, em absoluta formulação de todos os propósitos o processo de gestão, porque uma vez ou



outra já ouvi de ex autarcas a versão diferente. Todas são, para mim, válidas. Não ponho em causa a veracidade de nenhuma. Mas já ouvi versões diferentes, pelo que acho que é importante que essa clarificação seja feita.

Percebi que já vinha com a intervenção feita, por isso algumas das questões que referi foram colocadas como desafios e eu coloco-as como certezas. A conclusão da intervenção de Caparrosa a Caparrosinha, que naturalmente terá a reposição de pavimentos. Como também é verdade em relação à estrada 228, desde a rotundo do Couço até ao limite do concelho. Não deixo de dizer que ainda ensaiámos alguma ou outra solução de alargamento da plataforma. Os custos são muito elevados, porque tem uma zona rochosa considerável, mas mesmo assim queremos beneficiar não só na pavimentação, mas na correção dos pendentes daqueles taludes, porque tão ou mais graves que não ter mais largura é a forma tão apumada que aqueles taludes estão, o que leva a frequentes derrocadas e que vem obstruir as bermas e que conseqüentemente arrastam água para o eixo da via. Nessa intervenção, espera que o troço que falta, de 800 metros seja também realizado.

Sobre as questões que colocou, o que lhe disse, reafirmo, o município nunca deixará que uma candidatura de determinada seja aproveitada em função daquilo que sejam os recursos. Convém é acrescentar, normalmente as fontes de financiamento comunitário apontam para 85%. Aproveito para esclarecer, que no âmbito do Programa Valorizar Equipamentos, há mais candidaturas no concelho de Tondela, que também estão nessa linha. O que fizermos a umas candidaturas, faremos a outras candidaturas. Entendemos é que tal como nós estamos com o princípio de equidade, também quem venha apreciar essas candidaturas tem de ter o mesmo princípio de equidade.

O deputado João Carlos referiu um conjunto de questões, que de facto se prendem com atividades que todos nos fazemos. Sublinho que as atividades da câmara são atividades de todos nós, porque a câmara pode ser o promotor ou o indutor, mas sem as freguesias, sem os municípios envolvidos nas ações, a nossa ação esgotava-se muito rapidamente.



Agradeço as questões colocadas pelo Francisco Coutinho. Mas quero dizer que não são só os presidentes de junta os representantes do povo. Também me sinto legitimamente representante do povo. Sinto-me tanto representante como qualquer presidente de junta, como qualquer outro autarca ou qualquer membro da assembleia de freguesia, porque também são eleitos nessa circunstância.

Tomei nota de um conjunto de questões, que têm sido reiteradas, não são de hoje. Também temos de ter a avaliação real das coisas. O concelho não é só a cidade. Mas, a cidade é importante para o concelho. Obviamente que há um conjunto de serviços que hoje se colocam na cidade e que nós nem vamos valorizando. Hoje ninguém me pergunta quando funcionários tem a ASAE, no concelho de Tondela. Tem mais que o tribunal de Tondela, infelizmente para o tribunal e felizmente para a ASAE. Estamos a garantir e a conquistar um conjunto e de serviços, que também induzem necessidades novas e diferentes. E outros serviços que porventura se podem estar a preparar.

Desde algum tempo, foi solicitado às juntas de freguesia que fizessem um diagnóstico daquilo que nos seus territórios poderia ser melhorado, substituição de uma lâmpada por outra ou um processo de beneficiação. Dessa operação resultou um número, que é de duzentos mil euros para a aquisição. Não estou a dizer que em momento algum, há reserva do município nessa operação. O município lançou um concurso para fornecimento de leds, que representa o universo das sinalizações feitas. Esse concurso por razões jurídicas e processuais está em apreciação. O nosso propósito era que no dia que se intervisse criarmos o que fosse uma operação igual para todo o concelho. A cidade é importante, mas não é todo o concelho, era importante que todos tivessem os mesmos direitos no momento em que se viessem a fazer esta formulação global no concelho de Tondela. Não sei se demorará mais um mês ou dois meses esta intervenção. Sei é que, no caso em concreto de Tondela, ocorreram investimentos num passado recente onde se modernizaram várias ruas e por uma questão de equidade e não de custo não se ligaram todas enquanto todo o processo não estivesse resolvido.

Não se passa automaticamente toda uma rua para leds. Investir em leds, implica investir 130 a 150€ em cada luminária. A ideia de se dizer, que consomem menos.



Cláudio  
P  
B

Consome menos se forem gratuitas na sua aquisição. Estas questões são transversais, por isso é bom que seja explicado.

Estamos a escassos meses de terminar a concessão com a EDP, que termina em 2020. Quer isto dizer que era importante percebermos neste momento qual é o modelo futuro em que serão apoiadas as novas concessões. Neste momento os investimentos que estamos a fazer em leds, estamos a preferível pagá-los, do que ir busca-los à EDP, por força do contrato de concessão. Se não pensasse no futuro, teria a opção mais imediata, mais rápida e mais económica de dizer à EDP para substituir as lâmpadas, mas com a certeza que chegaria a 2020 e a EDP diria que no concelho os ativos líquidos que aqui têm são brutalmente elevados, porque colocaram vários milhares de lâmpadas de leds nos últimos meses, que não estão amortizados e, portanto, quem vier a seguir ou paga o valor da indemnização ou têm uma posição vantajosa.

Quem está nestas funções tem de salvaguardar sempre o princípio da livre concorrência para o futuro. Por essa razão, as opções que estamos a fazer de aquisição, são aquisição do município, para ser o município o proprietário dessas luminárias e para ter melhores condições vantajosas em sede concursal a seguir. Devemos ter mais de 4 000 lâmpadas de leds e destas talvez menos de 10% sejam propriedade da EDP. Com isto, não quer dizer que não possamos estar atentos a algumas correções que sejam necessárias.

Não deixo de considerar que dizer que algum funcionário da EDP se lhe pedir, ele abre a portinhola e com uma chave ele vai ligar o poste. Esse funcionário está a cometer uma infração. A responsabilidade da gestão da rede é municipal. O problema não é o custo dos 12€ em ligar ou não religar a lâmpada, porque sei que facilmente o senhor presidente da junta diria que pagaria. Quase que lhe poria a situação ao contrário, dou-lhe a fatura da EDP e pago eu a religação. Tudo isto tem de ser avaliado com esta ponderação. Percebo que há algumas áreas onde temos de intervir, melhorar, beneficiar. É verdade que dentro do hospital não é rede pública, vamos ser realistas. É verdade que há zonas que tem de ser melhoradas. É verdade que há zonas que já tem leds e não é um custo aqui de investimento, é um custo operacional tão só. É essa questão que está para nós tão clara, ou este concurso que já decorreu e que está preso na análise tem condições para prosseguir



e prossegue. Se não tiver, vamos ter de abrir novamente um concurso e enquanto esse período demorar, vamos intervencionar onde seja possível.

Diz o boletim municipal que em 5 passadeiras gastaram 8 000€. São mais passadeiras que essas. A questão que se coloca é outra, há passadeiras que mais pintadas que estivessem, sem iluminação não garantiam condições de segurança. Coisa diferente é dizer se estes projetores hoje colocados estão bem orientados? Não estão. Tem de ser corrigidos. Alguns destes projetores estão a apontar mais para a fachada do lado contrário do que para a própria passadeira, são correções que tem de ser feitas. Do ponto de vista de segurança, não tenho dúvidas que hoje, nomeadamente nas zonas críticas, que eram junto à Misericórdia, junto aos Armazéns Pomar, na avenida Visconde Tondela, em particular junto a uma árvore que felizmente foi aparada, porque era o sitio mais críticos, atendendo que era em cima de uma curva. Não tenho dúvidas que se melhorou nessa circunstância.

A entrada da cidade, julgo que ninguém tem dúvidas de quem é a responsabilidade daquele nó. Mas que não haja dúvidas, que há vários meses que já comunicamos à Infraestruturas de Portugal que estamos disponíveis para os substituir nessa função.

Os nós de Alto do Pendão, Tonda/Tondela, os nós de Molelos/Tondela, os nós de Canas de Santa Maria e o nó de São Miguel do Outeiro não eram nós iluminados até 2003. Na altura, foram feitos protocolos entre a então Infraestruturas de Portugal e o Município de Tondela, onde o Município executou a obra, mas a responsabilidade ficou do lado da IP. O que acontece neste nó, a mim enquanto 1º responsável do município desagrada-me profundamente. A pior imagem que se pode ter na entrada no concelho, é chegar a um nó e estar metade iluminado, isto é sinal de incúria. Por essa razão e porque acredito que não haja dinheiro do lado das Infraestruturas de Portugal para fazer o que tem de ser feito, que provavelmente é levantar rede e fazer nova rede e por a funcionar como deve ser. Há mais de 3 meses e a última foi na minha presença a 18 de janeiro com o Ministro das Infraestruturas e com o responsável regional das Infraestruturas de Portugal e julgo estar marcado para o início da semana que vem, uma reunião no local com Infraestruturas de Portugal, Município e técnicos para que uma vez por todas o município possa estabelecer



*Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Cláudia R. B.' with a flourish below.*

um protocolo e possa assumir a responsabilidade daqueles trabalhos. Este processo há alguns meses que está a ser sinalizado. O problema não vai lá com o levantar o disjuntor. Pode levantar naquele momento e passado um pouco está no mesmo, porque há problemas no circuito que ali estão.

Quero vos dizer que me sinto tão legitimado e tão representante do povo como qualquer um de vós. Mas uma coisa não me levarão a mal, é que na rua onde vivo não estão todas ligadas as lâmpadas, para não ser acusado de ser a 2ª avenida dos presidentes.”

## **2.2. Análise, discussão e votação da 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e dezanove**

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

“De forma muito objetiva o orçamento inclui, duas ordens de modificações. Uma, de mera classificação orçamental, que era para entrar em abril e que tem a ver com reposições não abatidas, e três obras que queríamos, pelo menos em fase de projeto dar-lhe um sinal, para que os projetos possam avançar. Uma prende-se com uma reposição de um ponto de vigia na Senhora da Esperança, que foi atingido pelo incêndio de 2017 e que é absolutamente necessário para a triangulação com o posto de vigia do Caramulo. Em reunião da Comissão da Defesa da Floresta Contra Incêndios foi assunto que foi abordado, estamos disponíveis para financiar dentro daquilo que venha a ser a definição técnica do equipamento.

A segunda obra que está prevista, prende-se com uma intervenção decorrente daquilo que hoje é notório em termos de desenvolvimento urbano na cidade. Julgo que os vários apelos que tínhamos feito estão a ter sentido. Há várias unidades que estão a ser construídas na cidade, há vários prédios que estão a arrancar e uma delas chama-se a urbanização da Quinta da Cova. Em 2008, a câmara, na abertura da avenida de Portugal, antecipou a entrega de terrenos para a abertura dessa avenida e comprometeu-se, nesse equilíbrio, a executar infraestruturas de urbanização de parte da 1ª fase da Quinta da Cova. Em concreto, trata-se da abertura de uma rua, desde a frente da biblioteca, fazendo uma



paralela à estrada e voltando outra vez ao nó que está entre o pavilhão e a escola básica. Por outro lado, este compromisso é mais longo, provavelmente do final da década de 90, aquando da urbanização, onde está a Rubiana, com 7 lotes. Na traseira das casas ficaram outros lotes aprovados e cedência de terreno. Pelo que a câmara tem de executar uma infraestrutura que vem de onde está hoje a Enfermédica e para passar atrás desta urbanização, para se entroncar na Quinta da Cova. Esta situação estava parada, mas são direitos que estão previstos e são compromissos que estão firmados. Como, face a várias reuniões tidas com os proprietários da Quinta da Cova, que preparam os projetos de execução, temos também de fazer este projeto, para que se lance a empreitada global de construção de infraestruturas.

Por último, há uma obra de natureza social que teremos disponibilidade para apoiar, que se prende com a IPSS do Vinhal, da freguesia de Lajeosa do Dão, para que permita encontrar solução para uma necessidade social de resposta qualificada. Já que hoje a IPSS não tem condições na sua estrutura de dar resposta a uma freguesia que consideramos importante do ponto de vista social e económico.”

Continuaram os trabalhos com a intervenção do membro Rui Santos, que se transcreve:

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Srs. Deputados Municipais

Sr. Presidente da Câmara:

Sras., Srs., Comunicação Social

Esta Assembleia é o órgão político máximo do nosso município, a quem compete aprovar as orientações de política municipal consubstanciada nos Planos Plurianuais e Anuais de Investimento e Atividades e respetivos Orçamentos de Suporte propostos pela Câmara Municipal e outros documentos necessários ao desempenho de atividades diretamente ou indiretamente desenvolvidas no Município.



Além disso cabe a esta Assembleia acompanhar e fiscalizar politicamente a atividade da Câmara Municipal e apreciar para aprovar ou não a aprovar o Relatório e Contas Anuais apresentado pelo Executivo Municipal, não tanto do ponto de vista das técnicas contabilísticas, mas sim do ponto de vista político da adequação dos resultados conseguidos nos vários aspetos das competências municipais em função das políticas e planos nela aprovados.

Cabe-nos, portanto, acompanhar e fiscalizar a atividade do Executivo Municipal, receber a sua prestação de contas do ponto de vista essencialmente político, procurando contribuir para o bom desempenho do executivo e para o bom nome do município. Sem qualquer pretensão de assumir competências que não temos das averiguações e decisões do âmbito judicial.

Recentemente os Tondelenses e outros cidadãos foram confrontados com notícias de uma estação de televisão e de vários jornais sobre situações que envolviam o Sr. presidente da Câmara Municipal e pelo menos um dos vereadores, que foram apresentadas como violações claras da lei sobre ajudas de custo e transportes, em consequência das quais teriam recebido proventos indevidos.

Sabe-se também, por tal ser revelado publicamente em pelo menos um órgão de comunicação social da região, que a revisão orçamental que hoje nos é presente tem também como motivo a abertura de uma rubrica que permita enquadrar na contabilidade municipal as devoluções de importâncias que o Sr. Presidente e o Sr. Vereador Pedro Adão terão feito.

Não nos cabe a nós exercer funções de averiguação judicial e consideramos, como o PS já manifestou publicamente, que somos contra os julgamentos em praça pública motivados pela comunicação social, em alguns casos ao serviço de ajustes de contas intrapartidários ou interpartidários, e que qualquer cidadão é inocente até que o sistema judicial prove o contrário.

Mas consideramos que, face às suas competências de acompanhamento e fiscalização da atividade do Executivo Municipal, esta Assembleia merece uma



explicação, no campo das responsabilidades políticas, do Sr. Presidente da Câmara. explicação essa que não consta do Relatório de Atividades do Presidente da Câmara e do executivo relativo ao período que medeia entre a última assembleia municipal ordinária, realizada em dezembro, e esta assembleia.

Como estamos em face de uma situação que, da forma como foi apresentada, não abona em favor do Executivo e do Município, ficamos agora a aguardar a explicação do Sr. Presidente da Câmara.

Disse”

Foi dada a palavra ao senhor presidente da Câmara que respondeu:

“De forma muito objetiva, o senhor deputado Rui Santos referiu-se à notícia dum a estação televisiva, naturalmente que tem várias respostas em órgãos de comunicação social local e naquilo que considero mais importante, que é o órgão Câmara Municipal. Essas atas são públicas. Os dados estão aí refletidos, as justificações estão aí todas formuladas e acima de tudo o princípio da absoluta seriedade em todo este processo está aí vertido. Julgo que da responsabilidade política a que se refere, e é nesta que estamos, naturalmente que a responsabilidade política que aí está é detetada uma inconformidade e solicitei que, de imediato, a mesma fosse avaliada, corrigida e determinado montante em conformidade e, nessa circunstância, sem prejuízo de toda a tramitação que é necessário a seguir, ou que venha a seguir, de imediato disponibilizar ao município a importância que foi identificada resultante da inconformidade. Assim aconteceu, o município não tinha no seu orçamento essa rubrica prevista. Isso só acontece na revisão de abril. Como não tinha a rubrica para tal fim, arrecadou essa importância numa conta OT e conseqüentemente aberta que esteja a rubrica, fará a sua mobilização para reposições não abatidas a exercícios. É isto que está de forma absolutamente claro e objetivo. Julgo eu, que tirando outras adjetivações que aqui possam surgir, sobre aquilo que possa sentir ou não sentir, do estado emocional de quem quer criar condições necessárias para imolar alguém, terei a força suficiente para, até ao limite, demonstrar sempre o contrário e ao serviço do concelho.”



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

O membro Rui Santos voltou ao debate:

“Senhor presidente da assembleia, senhores deputados, senhor presidente da câmara.

Eu queria clarificar se calhar, porque não ficou muito claro o que queria dizer, também li o que o senhor presidente respondeu nos jornais, etc., e fez bem em responder. É um direito que lhe assiste, até para informar os eleitores do concelho. Acontece que coloco a questão noutra plano, não vamos discutir os pormenores. Também não gosto de ser hipócrita. Estou, aqui, sem ser hipócrita. Não estou aqui a condenar ninguém, à partida não isso que está em causa. Alias, acho muito bem, se está avaliada uma desconformidade com o montante que, do ponto de vista do orçamento da câmara não tem um grande significado, quando muito tem do ponto de vista individual. Acho muito bem que isso tenha sido feito essa correção, é assim que deve funcionar. O resto daí para a frente não é comigo, não sou especialista nessas questões.

Acontece que há outra coisa, o órgão perante a qual responde o executivo municipal é esta assembleia. Sou contra todas as tentativas de encurtar e passar por cima dos órgãos institucionais que estão criados e da legislação que está, porque isso é o caminho para o populismo. É aqui, que nós temos de fazer e desempenhar as nossas competências. Num limite, que nem é com certeza essa situação, deixando passar todas estas coisas no ar, até poderiam os próprios elementos da assembleia municipal, no limite estão aqui juristas que o sabem, até poderiam ser chamados à responsabilidade, não é por acaso que o voto é individual, das decisões que envolvem questões financeiras e outras. Portanto, quando trouxe aqui a questão é que acho que pelo respeito desta ou de outras assembleias municipais, que o executivo deve ter por elas. Independentemente dos juízos que possam fazer ou não.

Digo que não sou hipócrita, porque digo aqui a todos e ao senhor presidente, como aliás o senhor presidente já sabe, porque facultaram isso, documentos que parecem que chegaram aos jornalistas, ainda estou para saber de onde. Mas, o que é um facto é que alguém os fez chegar e fez chegar a várias pessoas. Vi os documentos, tive conhecimento em junho, porque foram remetidos ao presidente da Comissão Política do Partido



## Assembleia Municipal de Tondela

Sessão ordinária 22-02-2019

Socialista de Tondela, num envelope com uma carta anónima. Como era uma carta anónima, que dizia que tinha sido enviado para a Policia Judiciária, sou contra as questões anónimas embora a legislação portuguesa obrigue a que a Procuradoria Geral da República tenha de investigar, pelo que não tínhamos nada a dizer.

Isto é um órgão político, é o órgão máximo do município e é perante este órgão que se deve dar uma explicação. As explicações que o senhor presidente da câmara deu na câmara é para os vereadores. As atas obviamente são publicas. Mas é aqui, do meu ponto de vista, este é o órgão máximo do município que tem a competência legal de acompanhar e fiscalizar a atividade do município e por isso mesmo essa explicação é muito importante que fosse dada aqui.”

Tomou da palavra o senhor presidente da câmara que disse que achava que tinha sido claro, mas não sabia se o deputado Martinho Loureiro pretendia intervir, tendo solicitado que ficasse em ata o que tinha dito: “que está tudo lavado”.

O membro Martinho Loureiro interveio:

“Boa tarde a todos. Senhor presidente da mesa, caros colegas, comunicação social.

Eu manifestei-me, ali, um pouco em relação aquilo que aqui em relação aquilo foi dito pelo senhor presidente da câmara, exatamente pela questão que o meu colega Dr. Rui Santos aqui veio também lembrar. Este é o lugar próprio para o senhor presidente da câmara dar as explicações que deve. Não é aos jornais, nem à televisão. É aqui que tem de dizer aos eleitos locais, àqueles que são responsáveis por dar explicações a quem os elegeu sobre o que se passou na câmara, durante este tempo. Não é uma coisa recente. Segundo aquilo que é falado, que é dito, é anos e anos a fio, continuados. Não foi um ato esporádico. Não foi uma coisa pontual. Tive acesso, como o Dr. Rui Santos disse, aos documentos que foram enviados numa carta anónima e os documentos são documentos da câmara, de movimentos financeiros da câmara em que estão lá escritas. Quero saber se é verdade aquilo que está lá nesses documentos. O senhor presidente tem aqui a oportunidade de explicar aos colegas desta assembleia se de facto aquilo é verdade ou mentira. Não é só aos jornais. Aceito que o senhor, junto dos jornais, diga o que lhe vai



na alma, as suas magoas, as suas tristezas, à procura da solidariedade dos seus parceiros. Acho muito bem que o faça, mas é aqui que tem de dar as explicações às pessoas se aquilo é verdade ou se é mentira. Porque aquilo, como o senhor sabe, a ser verdade, é muito grave. Aquilo não é uma coisa circunstancial. Nós assistimos, quase há 20 anos a um assalto que houve na câmara municipal de Tondela. Não se sabe quanto foi, um milhão e tal de euros, ou uma coisa qualquer assim parecida. Até hoje, ninguém deu uma explicação sobre aquilo. Foi uma senhora que foi levada para a cadeia, que trabalhava no município. Não se sabe ao certo qual foi o montante. Ainda não houve ninguém que explicasse aqui qual foi o montante que foi desviado dos cofres do município. E foram alertados para tal. Os colegas do Partido Socialista que estavam então na assembleia municipal alertaram a câmara que não devia ter em caixa tanto dinheiro. Isso foi dito, numa assembleia municipal. Foi dito numa assembleia municipal por um deputado municipal em que foi chamar a atenção por um jornalista, da altura, o senhor Simões, que se riu, porque a pessoa era contabilista do presidente da assembleia municipal, na altura e ele até se riu, “Eu na minha empresa se tivesse tanto dinheiro na conta da caixa, à ordem, o meu patrão despedia-me”. Porque a câmara municipal tinha um valor em saldo de caixa, exorbitante, que era impossível numa empresa bem gerida ter aquilo a funcionar daquela maneira. Até hoje estamos à espera da explicação do desvio, que não se sabe de quanto, à volta de um milhão de euros.

Quer se dizer, isto parece que é uma prática continuada. Se foi durante vários anos que aconteceu, aquilo que aconteceu, que vinha dito naqueles documentos que foram enviados. Aqui nesta assembleia municipal, o senhor presidente da câmara tem de dar as explicações aos deputados se aquilo é verdade ou não, não é só aos jornais, é aqui que o tem de dizer. É aqui que tem de falar. isto não pode só ser lavado, foi isso que lhe disse, “já está lavadinho, fica tudo clarinho”, é isso. É aqui que tem de ser dadas as explicações. Claro que as questões da justiça, são da justiça e haverá tempo para nós ouvirmos o que a justiça tem a dizer sobre um caso desses. E, também queremos saber o que é politicamente, qual é a sua ação ou reação às questões depois da justiça. Não tenho nenhum compromisso a esse nível. Sou um cidadão livre, fui eleito por pessoas, que me exigem essas explicações. Com certeza que hei-de levar essa explicação. Vou ter uma



assembleia municipal, daqui a dias, e naturalmente essa questão vai ser colocada ao senhor presidente da câmara e ao senhor vereador Pedro Adão, segundo aquilo que vinha nos jornais, se aquilo é verdade ou não, se devolveram aquele dinheiro ou não. Se o dinheiro entrou nos cofres ou nas contas bancárias do senhor presidente e do senhor vereador Pedro Adão, se foi verdade? Aliás confessaram que sim, e agora vão devolvê-lo, inclusivamente tem de se criar uma rubrica própria na contabilidade municipal, para que esse dinheiro seja devolvido ao município. Isso é uma verdade, é isso que estamos aqui a aprovar hoje. Muito obrigado”.

O membro Vera Machado interveio:

“Ficou claro que o Partido Socialista vive de insinuações. Segundo, faz discursos brilhantes, que apregoam a ética, a democracia e o respeito. Terceiro, não respeitam o mais elementar lugar para onde foram eleitos. Não respeitam ninguém. Falam da bancada. Só se conseguem afirmar com posturas arrogantes e agressivas. Entendo que o PS, também, precisa de julgar em praça pública e não respeitam o estado de direito.”

O membro Rui Santos voltou a intervir:

“Senhor presidente da câmara, senhor presidente da assembleia, senhores deputados.

Senhora deputada Vera, a senhora está a brincar aos cowboys? Ou tem alguma encomenda para vir dizer aquilo que veio aqui dizer? Estamos a falar de factos, noticiados pela comunicação social. Não sei se são verdade ou não. O que é um facto, é que estão. Factos que surgiram de documentos que alguém tirou da câmara e que foi com certeza gente da confiança de quem geria a câmara. Não foi o PS que os inventou, nem fabricou. Os factos existem.

Agora, se aquilo que lá se diz e a reportagem diz é verdade ou não, isso não garanto. Não posso dizer. Eu não estou a insinuar nada. Sabe, senhora deputada Vera, está a falar com uma pessoa que tem trinta e nove anos a lidar com o regime de ajudas de custo e despesas de transporte da função pública. Portanto, sabe muito bem distinguir entre o que são vencimentos brutos, vencimentos líquidos, abonos de compensação, que



é o que estamos a falar. Se isto tiver algum fundamento, 11 000€ corresponde a deslocações de 36 000km, é quase a volta à terra. Está a perceber? O que acontece é que, obviamente, os presidentes de câmara e os vereadores tem de se deslocar, isso está fora de questão. Se se deslocam nas condições que estão previstas na lei, ninguém tem nada com aquilo que ele recebe. O problema das ajudas de custo não se põe, porque elas são fixas, em função do tempo que se tiver fora. A única coisa que é variável é a despesa de transporte que tem três coisas: transporte pública, viatura própria e viatura adstrita. Na administração pública que não autárquica a situação é diferente, porque para usar a viatura própria é preciso uma autorização do diretor geral. Aqui, o presidente da câmara tem essa competência, por isso visa os boletins. O que está em causa é isso. Não estamos a inventar nada, nem a insinuar nada. O que queremos é que isso se resolva e que se resolva pelo melhor.

Eu dou educação a toda a gente e a senhora também tem de ter alguma, porque a senhora é a primeira que vem aqui dizer que estamos a insinuar. Eu não estou a insinuar nada. Sou estou a falar de papeis que vi e que obviamente recomendei a toda a gente, que se a questão não era pública e se tinha sido enviado para a Polícia Judiciária, nós não tínhamos nada enquanto não houvesse alguma coisa. Quem tem de fazer essas coisas, não somos nós. Nós estivemos calados. Agora, isto foi trazido para a praça pública, o que é diferente. E, o que vim aqui dizer, é que o senhor presidente da câmara fez os textos e as publicações para a comunicação social, o que não tenho nada contra. Se calhar não foi com estava no 1º título, tal como no voto de pesar. Na qualidade de presidente de câmara tem toda a legitimidade de fazer o esclarecimento à imprensa, em nome da câmara o problema já é outra coisa, porque a câmara tem sete elementos e parece que nem toda a gente estava envolvido nisso. Mas isso não interessa. Só para lhe dizer, não estamos aqui a fazer insinuações baratas. O que vim aqui fazer, foi defender o princípio de que perante uma situação destas ou outra qualquer que seja discutível, no nosso papel de membros da assembleia com competência de acompanhamento e de fiscalização, devemos e estamos no nosso pleno direito de querer que nos seja dada uma explicação. Daqui para a frente já é um problema que me transcende. Posso é se achar que tenho muitos elementos para discutir concretos, discordar e discutir a explicação que me é dada. Isso, já é outra questão.



Não estamos a insinuar nada, por muito que seja doloroso. A primeira pessoa para quem isto é doloroso é para o presidente da câmara, isso é percebo. Agora, volto a dizer, não foram os elementos do Partido Socialista que conseguiram aqueles documentos.”

O senhor presidente da câmara interveio:

“Se alguém respeita a assembleia, sou naturalmente eu. Ninguém poderá um dia dizer, que o presidente da câmara, em primeiro lugar na câmara municipal, dando tempo a todos os senhores vereadores que multiplicam ou triplicam o tempo que tem, para que tudo esteja discutido, também na assembleia não tenho dúvida sobre isso. Percebo a questão que o Dr. Rui Santos coloca, do formalismo, mas não é da substância. Todos sabem e está mais esclarecido na cabeça de todos o que aconteceu. Mas, vamos sintetizar a história. No verão de 2017, não hoje, não o sabia, curiosamente a escassos meses de eleições autárquicas, alguém terá pegado num conjunto de documentos e feito uma participação, ao mesmo tempo que a distribuía seletivamente em algumas caixas de correio. Pelo menos, o senhor vereador Joaquim Santos assim o disse, ultimamente na reunião de câmara.

Natureza política, ignoraremos no tempo e ação em que foi, na proximidade das eleições autárquicas visava, também, um objetivo político? Eu não ignoro, direi que também visava um objetivo político. Não estou a vitimizar, mas sei que normalmente quando fazemos alguma coisa, mal ou bem, não quero avalia-la, há sempre outros que podem ter a pretensão de querer por esse caminho atingir determinados fins. É a vida. Seria ingénuo se não pensasse que assim é. Não estou com isso a dizer de onde é que essas pessoas vêm, se é de dentro ou se é de fora. Não estou a fazer juízos. A história um dia o fará.

Dos documentos publicados na dita peça consta: uma suposta imagem da viatura tiradas num dia x com uma câmara y e numa hora precisa. De facto, é preciso ter um poder de adivinhação brutal para saber que num determinado dia a pessoa saiu, que não ia na sua viatura e que quando um mês ou dois meses depois vai a preencher o seu boletim itinerário de ajuda de custo, por sorte atingiu logo aquele dia em que tirou a fotografia. De facto, é uma coisa milagrosa, acreditarmos nisto. Depois, para tentarem dar uma



Clareal  
P  
S

veracidade à circunstância, a peça vai buscar os mapas da prestação de contas de vários anos, para fazer querer que chegados a 2014 /2015 /2016 o vencimento tinha disparado de tal forma que eram mais 25 000€ por ano, adicionais e que essa importância só poderia vir de uma fonte, despesas de deslocação, a ponto de daí se concluir que o vencimento era superior ao do primeiro-ministro. Os supostos factos que estão na peça são estes.

De facto, insurgi-me contra esta circunstância e ninguém o ignorará, porque como o senhor diz e bem, bastaria olhar para documentos para ver o que são rendimentos fixos, despesas de ajudas de custo e de representação, para perceber isto. Claro que depois há sempre uns tons mais coléricos, como o deputado Martinho aqui fez. Percebo. É a sua essência, que dão credibilidade a esta tese, em que acreditam. Aliás, ainda hoje algumas pessoas me informaram, porque não presto atenção a algumas pessoas que escrevem certas coisas falsas, ainda parece que há quem escreva que na verdade aqueles 25 000€ por ano davam mais 1 000€ por mês. Hoje pessoas que se supõe serem pessoas instruídas, capazes de refletir e de pensar, continuam a dizer isto.

A minha primeira preocupação foi explicar as coisas. Os mapas de prestação de contas que vieram a este órgão em 2014, 2015 e 2016, na coluna onde diz rendimento líquido, o valor que lá foi posto foi o valor ilíquido. E daí, os 25 000€ que apareciam como sendo ganhos excepcionais é o valor dos descontos. Sim, porque eu pago impostos, como cada um de nós. Há uma interpretação de dados que não é correta, porque toma-se pelo vencimento ilíquido como se fosse vencimento líquido.

Pergunta dois. Mas de 2010 a 2017, houve alguma vez alguma inconformidade? Já expliquei que quando em 2017 me são pedidos dados de todos os membros do executivo, estranhei e por essa mesma razão solicitei, nesse momento, aos serviços do município que fizessem uma avaliação de todo esse processo, cruzando dados, nomeadamente de viaturas do município, de viatura própria, para perceber se havia alguma inconformidade. Expliquei isto várias vezes. Essas inconformidades existem pontualmente em 2010, 2011, 2012, 2013 que podem representar em determinados anos 600€ ou 700€, noutra ano pode representar 3 000€. Há inconformidades a este nível. O que foi solicitado foi para apurarem essas diferenças, para que seja restabelecida aquilo



*Alcides*  
*Rui Santos*

que me parecia ser legítimo e normal. Acrescento aquilo que já disse, estas inconformidades aconteceram com duas pessoas do executivo e aconteceriam com muitas mais se tivessem deslocações com frequência fora do concelho, porque o preenchimento, por vezes, um ou dois meses depois da ocorrência dos eventos e não colocando se tinha sido viatura própria ou se não tinha, levou a interpretação e levou a esse cálculo. Foi isso que foi pedido aos serviços. No meu caso concreto, quando foi identificado esse montante dito por pessoas que estiveram a fazer essa avaliação, internas e externas, disseram que são 11 099,72€. É isso que estamos a discutir num período de oito anos. De imediato, era essa a minha intenção em 2017, quando pedi essa avaliação, solicitei aos serviços do município que arrecadassem a respetiva importância. Os serviços do município não o puderam naquele momento fazer na conta própria, “operações abatidas a anos anteriores”, porque essa rubrica normalmente só é aberta em abril, porque as normas de execução orçamental dizem que não se deve abrir uma rubrica se não é expectável haver uma receita. As reposições normalmente acontecem quando se pagam um subsídio de refeição a mais, quando se pagou um subsídio de férias a mais, por isso é que são as reposições. O que acontece em toda a administração pública. Os factos são estes e os cenários são estes.

Não é novidade que desta circunstância resulta um processo que está a ser acompanhado por instâncias próprias. Quando essas instâncias se pronunciarem nos termos que vierem a pronunciar e da avaliação que faça das circunstâncias de natureza política. Quem me conhece sabe que sou, acima de tudo, responsável, sério e idóneo. Isso é o que mais me custa que é mexer na minha honestidade. Há-de vir o primeiro que ponha em causa a minha honestidade. Dito isto, as razões de natureza política são estas, Dr. Rui Santos. As razões de fiscalização que é aquilo que me está a colocar são estas. As indicações que solicitei aos serviços no verão de 2017 foram estas. Apurados agora estes valores, foi esta a circunstância. A avaliação política fá-la-ei em cada momento em função da circunstância. Há uma coisa que também farei todos os dias, trabalhar de manhã à noite pelo nosso concelho. Estarei cá sempre de cara levantada, mas com honradez. Não sei se fui claro, se houver alguma pergunta em concreto sobre estas matérias, que não subsista a menor dúvida daquilo que eu estou a dizer.”



O membro Martinho Loureiro tomou da palavra:

“Só para pegar nas palavras do senhor presidente da câmara, tenho que aqui fazer uma declaração. Temos de ficar agradecido ao denunciante, porque de facto se não houvesse uma denuncia o concelho de Tondela ou o município de Tondela, todos nós, neste momento estávamos sem, não sei qual é a conta, se já foi aprovado a totalidade ou não, mas pelo menos cerca de 20 000€. Já foi um grande serviço, independentemente das questões políticas e partidárias, etc., essas coisas aí e que não vem muito ao caso, mas já foi um grande serviço ao concelho e ao município o denunciante fazer a denuncia. Porque sem grandes ondas, sem grandes apuramentos de verdade e de justiça, já se conseguiu que o município reavêsse cerca de 20 000€. Só queria dizer isto senhor presidente, que é um facto, porque já vinha aqui espelhado. Quero fazer esta declaração, mas agradeço ao denunciante, que não sei quem foi, de ter tido essa coragem, porque se houver mais denunciante com estes resultados é excelente, porque começamos a limpar algumas atitudes e atividades, porque na atividade política e pública nós devemos ter cuidado. Muito obrigado.”

Seguidamente, interveio o membro Jorge Henriques:

“Senhor presidente da mesa, senhores membros da mesa, senhor presidente da câmara, senhores vereadores, membros desta casa.

Não era para vir aqui a cima, mas depois desta intervenção do senhor deputado Martinho, fico perplexo que no nosso concelho haja pessoas que louvem quem se preocupe com questões menores e não se preocupem efetivamente com aquilo que deve prestigiar e engrandecer o nosso concelho designadamente todo o trabalho que tem sido feito e executado por este homem. Fico triste e fico preocupado, se isto é o cerne, eu quero querer que não, até pela intervenção do Dr. Rui Santos, se isto é o cerne do Partido Socialista em Tondela, sinceramente fico muito triste. Muito obrigado.”

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

“Registo que o deputado Martinho louve a coragem de um denunciante anónimo. Registo esse pormenor. É um ato de coragem, de uma bravura, que não sei se não terei de



ir aos Besteiros, lá atrás e encher-me de força, para ser um homem tão corajoso no anonimato. Revela muito carácter essa pessoa.

Mas, quero dizer que um estado de direito é um estado que deve ter fiscalização. Sou o primeiro a defender a fiscalização em todos os parâmetros da administração e da gestão pública. É o princípio. Mas um estado de direito, também deve saber distinguir o que é uma atitude dolosa, de um ato que possa ter resultado de um processo de não intenção dolosa, mas de uma inconformidade processual. Há uma grande diferença nessa fronteira, senhor deputado. O mesmo estado que eu quero para o meu país, que seja fiscalizador é o mesmo estado que eu quero que seja capaz de distinguir, de diferenciar e de julgar a diferença que existe entre a intenção dolosa, da não dolosa.

Por fim e última questão, que me tinha esquecido, acho muito estranho que hoje ainda não saiba o montante que está refletido em todas as peças resultantes da apropriação feita pela anterior tesoureira. Não será muito difícil pedir ao tribunal que lhe faça uma certidão desse montante. Existe esses dados. Agora, e não querendo adjetivar, seria de uma falta de seriedade intelectual puxar um assunto e encostá-lo a outro. Aí se quiser fazer essa analogia já não é um problema político, já é um problema de querer ofender-me. Registarei, também, essa questão.”

Colocada a revisão à votação, a mesma foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Agnelo Laranjeira, José Carlos, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho



**2.3 Análise, discussão e votação do contrato interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia do Guardão**

Não tendo havido intervenções, o contrato interadministrativo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Agnelo Laranjeira, José Carlos, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho

**2.4 Análise, discussão e votação da libertação de saldo remanescente do contrato interadministrativo celebrado entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas**

Não tendo havido intervenções, a libertação do saldo remanescente do contrato interadministrativo celebrado entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Agnelo Laranjeira, José Carlos, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho



Caral  
R  
Bris

**2.5. Análise, discussão e votação de Contratos Interadministrativos com Juntas /Uniões de Freguesias no âmbito do Saúde em Dia**

Não tendo havido intervenções, os contratos interadministrativos foram colocado à votação, tendo sido aprovados por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Agnelo Laranjeira, José Carlos, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho

**2.6. Análise e deliberação da transferência de competências inerentes aos Decretos Lei n.º 20/2019, n.º 21/2019, n.º 22/2019 e n.º 23/2018, de 30 de janeiro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto**

O senhor presidente da câmara interveio:

“À data de hoje ainda faltam sete diplomas setoriais. Como é sabido a Lei 50/2018, que é lei quadro para as delegações de competências previa um universo muito considerável de diferentes competências. Na assembleia extraordinária de janeiro pronunciamo-nos sobre as competências para a CIM e antes já nos havíamos pronunciado para as competências para o município. Entretanto saíram mais quatro diplomas, que são estes que estão aqui. Um tem a ver com a saúde animal, os outros têm a ver com a cultura, com a educação e a saúde. Destes diplomas, tal como sempre dissemos, a questão mais crítica prende-se e prendia-se com os diplomas da saúde e educação. É nestes que de facto nos deve preocupar o amadurecimento desta avaliação. A título informativo, tenho de acrescentar que no caso da saúde já nos foi endereçado, pelo senhor secretário de estado,



Cleu  
R  
Drz

uma proposta de transferência com valor. Na educação ainda não há valores. Aquilo que nos é proposto, para toda a saúde, são 224 076€, que inclui pagamento a trabalhadores, como sabem na saúde a competência prevê assistentes operacionais não técnicos. Prevê 5 trabalhadores na saúde. Ora pergunto como é possível satisfazer-nos com a extensão de saúde em S. João do Monte, a extensão de saúde no Caramulo, a extensão de saúde em Campo de Besteiros, na Lajeosa, em Molelos e em Tondela. Depois prevê para conservação de todos os imóveis 40 000€ por ano. Não sei quantos anos serão necessárias para as obras necessárias no Caramulo, tal como para a USF de Tondela. Como sabemos, há duas extensões de saúde cujos edifícios não são propriedade do ministério da saúde. Para a extensão de saúde de Molelos tem aqui prevista uma renda 1 056€ por ano e para a de S. João do Monte tem previsto 560€. Acham os senhores que estas duas entidades, quando a delegação estiver do lado do município, ficam contentes com estas rendas? Nesse dia estarão a bater à porta do município. O que estamos aqui a dizer é muito simples, no atual quadro abrimos a porta para aprofundar o modelo da negociação, mas tem de ser aprofundado. Acredito que o que acontece connosco, acontece com muitos municípios, que é a necessidade de desenvolver mais estudos. Na educação também estamos a fazer um levantamento, em articulação com a ANMP, porque aqui é onde começam os problemas. Nunca a objeção pela objeção. Mas é preciso aprofundar avaliações financeiras. No caso da educação é preciso aprofundar a qualificação e preparação de técnicos que possam vir a assumir essas funções. Porque ter 80 ou 90 funcionários na dependência de determinado município, pese embora quem ache que é uma municipalização e que é uma intrusão política do presidente da câmara, mas é preciso qualificar as pessoas para isso, do ponto de vista do município e preparar recursos, estratégias, ter equipas de trabalho.

A nossa proposta é relativamente à operação de delegação para o município, neste momento não há condições para já aceitar.

Já no que diz respeito do ponto de vista da CIM, no caso da educação tem a ver com a oferta do ensino profissional com redes de transporte, isso é o que já fazíamos hoje, aí sim, não vimos nenhum obstáculo em que a CIM possa apoiar e desenvolver essas competências.”



Cláudio  
R  
AS

Interveio, de seguida, o membro José António Dias:

“Só queria aqui fazer uma referencia ao Decreto-Lei 21/2019, que a ver com a parte da descentralização da educação. Há aqui um articulado que, a mim pessoalmente, me preocupa e que de alguma forma, na minha opinião, não está muito coerente em termos daquilo que transcreve, nomeadamente no artigo 10º e que me deixa algumas preocupações para o futuro, tendo em conta o enquadramento de outras legislações em saíram em julho de 2018, nomeadamente os Decretos-Lei 54 e o 55. Essa legislação já trás preocupações, porque não constam alguns planos de ofertas formativas que existem atualmente, nomeadamente nos cursos de formação e educação e conjugado com o 54 com a Escola Inclusiva permite pelo menos uma interpretação de que serão ofertas para serem descontinuadas, eventualmente, e no futuro não haver resposta para alunos com características diferentes. A minha interpretação é que com aquele Decreto-Lei, querem arranjar um fato igual para todos os jovens e nós não andamos todos vestidos de igual. Para os jovens que tem um percurso escolar com características específicas, na minha opinião, necessitam de oferta formativas adequadas. No passado, as ofertas profissionalizantes de nível II, sejam CEF, sejam outras, deverão continuar a haver, para termos respostas para combater o insucesso escolar, porque existem muitas experiências de jovens que, quando começavam a sua formação em cursos de certificação de nível básico e que entravam mais novos, conseguíamos ter melhor aproveitamento. Atualmente, com a oferta novamente do CEF's tem permitido que entrem alunos a partir dos 15 anos. As nossas experiências é que esses jovens com 15 anos, já vão com muitos vícios de faltas e de comportamentos, que são muito difíceis. Turmas que iniciam com 20 alunos, acabam com 10 ou menos. Há um grande insucesso escolar e não um verdadeiro combate ao insucesso escolar.

Pegando, agora no Decreto-Lei 21/2019, que me trás outro tipo de preocupações, dado o articulado, que na minha opinião falta coerência. Mantém a decisão das ofertas formativas para as instituições de ensino privado e particular, no paragrafo 10º do preambulo, continuando a ser do Ministério da Educação. A minha preocupação tem a ver com o futuro, porque nós sabemos que no ano de 2018, foi o ano em que foram admitidos mais professores para os quadros do Ministério da Educação e como no



Class  
R  
Dis

passado, obrigaram as escolas a ter cursos profissionais, uma possível leitura é que no futuro, deixem abrir menos cursos nas escolas profissionais em detrimento das públicas.

Na constituição do Conselho Municipal, parece que há algum receio de falar das escolas privadas e do ensino particular e cooperativo / profissionais, nomeadamente quando diz que o Conselho Municipal da Educação irá ter um representante da Comissão de Educação de Desenvolvimento Regional e um representante de cada um dos conselhos pedagógicos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas e um representante das instituições social e solidário que desenvolvam atividade na área de educação. O termo ensino particular e cooperativo, não é aqui usado. Mais à frente, no artigo 7º, transpõe aqui o que está na Lei 7/2003, que regulamentava a carta educativa, já falando nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, privado e solidário.

Outra situação de falta de coerência e de preocupação, na rede de oferta de educação, no seu artigo 23º, continua a falar nas ofertas para a frequência escolar do ensino básico e secundário, das modalidades especiais de educação, da educação extraescolar e das ofertas de dupla certificação. Para quem sabe as ofertas de dupla certificação poderão incluir as escolas profissionais, mas não é explícito. Há aqui uma omissão, que contraria o artigo 26, no planeamento plurianual da rede de oferta da rede educativa e aqui não fala novamente nas escolas do ensino particular e cooperativo, só fala nas escolas agrupadas e não agrupadas, como se rede não incluísse as outras escolas. No artigo 29, volta a haver uma incongruência, omite as escolas do ensino particular e cooperativo. No artigo 57, na composição do conselho municipal de educação, incluam agora os diretores dos agrupamentos de escolas não agrupadas. Percebe-se, porque este Decreto-Lei está feito para a descentralização das escolas da rede pública e mantém um representante dos estabelecimentos de ensino de educação básica e secundário privados.

Isto, é só para manifestar a minha preocupação quanto ao articulado, por omitir por várias vezes as escolas do ensino particular e cooperativo. Penso que não estão a pensar bem nos outros estabelecimentos de ensino. Atualmente, em partidos que defendem este governo, defendem só a escola pública, o que me causa preocupação. No Orçamento de Estado, no seu artigo 197, relativamente ao financiamento do ensino profissional, no seu ponto 1, quem o ler “Tendo em vista assegurar em questões de



Clear  
P  
A

igualdade com as entidades formadoras privadas”, aqui parece que as entidades privadas são beneficiadas. É precisamente ao contrário, na minha interpretação e com dados muito concretos. As escolas secundárias públicas, que também têm cursos profissionais, têm desde logo no seu quadro docente e não docente assegurado o pagamento dos vencimentos pelo Orçamento de Estado. Dizer que estão com condições de igualdade, é utilizar termos que não estão corretos. Temos de ter em atenção, já me manifestei em setembro do ano passado, com algumas preocupações por causa da legislação que tinha saído. Tendo em conta tudo o que se está a passar, o que poderá acontecer no futuro é a diminuição de turmas às escolas profissionais.

Para concluir, referir que a Escola Profissional de Tondela, em 2018, no ranking das escolas que tem cursos profissionais, ficou em 30 lugar a nível nacional, num universo de 631 escolas, nº 2 a nível de distrito. Este ano, ficou em 78 lugar nacional, com 692 escolas e em 8º lugar a nível distrital. Muito obrigado.”

O membro Agnelo Laranjeira interveio, seguidamente:

“Senhor presidente, caros colegas.

Só para dizer que o PSD votará favoravelmente a proposta da câmara, que rejeita estas competências, porque não estão salvaguardadas, no nosso entendimento, duas condições essenciais. Os documentos não estão devidamente aprofundados, carece de legislação complementar e também não estão salvaguardadas as participações financeiras.”

Colocada à votação foi aprovada, por unanimidade, a proposta efetuada pela câmara em que rejeita a transferência de delegação de competências para o município, com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Agnelo Laranjeira, José Carlos,



Alcald  
R  
L

Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

O membro Rui Santos efetuou uma declaração de voto:

“Os membros do Partido Socialista votaram a favor da deliberação da Câmara em coerência com a mesma posição que já tinham tido em relação às outras transferências de competência para o município.”

**2.7. Análise e deliberação da transferência de competências inerentes aos Decretos Lei n.º 21/2019 e n.º 23/2018, de 30 de janeiro, que concretiza a transferência de competências para a CIM, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto**

O membro Rui Santos ausentou-se da sala, não participando na votação, pelas razões evocadas na assembleia extraordinária de janeiro.

Colocada à votação a transferência de competências para a CIM Viseu Dão Lafões foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Agnelo Laranjeira, José Carlos, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho

**2.8 Retificação da deliberação tomada a 30 de outubro de 2018, em virtude do processo de agregação e de gestão delegada ser desenvolvido pelos municípios de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela**

O senhor presidente da Câmara interveio:



“Nas atividades da câmara abordei dois projetos em desenvolvimento no quadro da IEMAR. Mas, há um desenvolvimento novo que nos obriga a uma intenção deliberativa, como foi dito a 26 de outubro de 2018, trouxemos a esta assembleia o princípio de intenção da adesão a esta agregação pública. Tal como disse então, será desenvolvido um processo, que incluirá a viabilidade económica pelo Tribunal de Contas. Só após essa aprovação e parecer da ERSAR é que de novo virá a esta assembleia a consolidação deste processo. Quando se começou a desenvolver este processo de agregação estavam englobados cinco municípios: Tondela, Santa Comba Dão, Mortágua, Carregal do Sal e Tabua. A Assembleia Municipal em Mortágua votou por unanimidade contra o processo. Deste modo, leva-nos a rever estes documentos, cujo trabalho está a ser feito com muita dinâmica e com muito pouco tempo, na medida em que até ao dia 28, temos de ter este processo de candidatura fechado. Por essa razão, mantendo os mesmos princípios que estes aqui assumimos, temos de retificar a deliberação que anteriormente tínhamos tido, isto é o universo de quatro municípios.”

Colocada à votação a retificação foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Agnelo Laranjeira, José Carlos, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho

## **2.9 Análise e deliberação do Protocolo a celebrar entre o Município de Tondela e a Associação de Freguesias da Serra do Caramulo**



Cláudia  
R  
Jo

Não tendo havido intervenções, o protocolo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Agnelo Laranjeira, José Carlos, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho

## **2.10. Análise e deliberação do mapa de pessoal de 2019**

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

“Todos receberam a documentação detalhada, incluindo a deliberação de câmara sobre este tema, que versou de forma abundante sobre as fundamentações das opções. O município neste último ano de 2018, desenvolveu um conjunto muito vasto de procedimentos concursais. Em primeiro lugar e desde logo, porque contribuiu para a regularização dos precários. Como sabem todos os que estivessem com vínculo precário, tinham a possibilidade, se assim o município assim desejasse, de ser regularizados. E assim foi. Foi uma operação demorada, mas foi a primeira que desenvolvemos. Depois, abrimos um conjunto de concursos em áreas específicas e técnicas, necessárias. Uns que não ficaram bem-sucedidos, porque ficaram vazios, como foi o caso da economia e finanças. Mas outros, como é o caso em concreto de Engenharia Florestal, que já está integrado. Seja no caso do Museu, onde por várias razões abrimos um procedimento concursal. Deste procedimento apresentaram-se inicialmente seis concorrentes, dos quais três prosseguiram para a fase final. Deste concurso público ficou selecionado em primeiro lugar, Ruben Filipe Sousa Amaral Matos, que veio com vínculo, porque estava vinculado noutro município e trabalhava noutro museu, o que nos parece ser algo enriquecedor. E,



Clear  
R  
S

há mais dois candidatos, que já tinham tido alguma relação com o Museu, ou por prestação de serviço ou como CEIS. Hoje, porque ainda virão a esta casa outras alterações no futuro, pretendemos trazer uma alteração para abrir a possibilidade de 3 vagas no mapa de pessoal. Uma delas tem a ver com a possibilidade de poder articular de forma funcional serviços educativos do Museu, serviços educativos da biblioteca, serviços educativos de arquivo. Portanto, será a possibilidade de com esta integração articular, melhorar a eficiência de serviços e prestar naturalmente melhor resposta pública neste quadro de serviços. Sendo verdade, que este concurso aberto para o museu, é um concurso que tem uma reserva de recrutamento por 18 meses, quer isso dizer, que a todo e qualquer momento, desde que se justifique para esses fins, é possível recorrer a essa reserva de recrutamento, até que a mesma se esgote.

O município pretende reforçar este mapa de pessoal com estas 3 áreas que aqui são sinalizadas. Reforçando uma vaga na área do museu, reforçando uma vaga na área de turismo, para técnico superior em concurso público e uma vaga na área da informática, porque havendo a possibilidade de se poder dar a oportunidade de valorização em termos de concurso implica que exista uma vaga criada a esse nível.

São 3 situações pontuais nesta fase. Não vou dizer que sejam cirúrgicas, porque o termo poderia ser mal interpretado. Na medida que à frente outras procuraremos resolver. Observo a necessidade e ao contrário do que acontecia há uns anos atrás em que os mapas de pessoal podiam ter a elasticidade que fosse preciso. Hoje, quando se aprova o mapa de pessoal tem de se garantir a existência de dotação orçamental e de cabimento para esse mapa de pessoal. Por essa razão, há medidas que as necessidades vão sendo superadas e se vão preenchendo e que se vai ajustando o eventual alargamento ou abertura do mapa, por questão de rigor orçamental e boa gestão pública do ponto de vista daquilo que são os recursos associados ao investimento. Acrescento que não é a última alteração, durante este ano de 2019, haverão outras que virão a esta casa. “

Seguidamente, interveio o membro Rui Santos:

“Senhor presidente da assembleia, senhores deputados, senhor presidente da câmara.



Caral  
R  
S

Em relação a este assunto, nós iremos votar contra. Em primeiro lugar, num ano e pouco, embora concordando que os quadros devem ser dinâmicos para não cristalizarem. Esta é a terceira vez que mexemos no quadro. Eu não consigo ter toda a documentação e informação, mas a reunião de câmara onde isto foi discutido foi muito animada. Portanto, eu devo dizer que não restam fundadas as dúvidas, que ao contrário do que o senhor presidente dizia, estas vagas não sejam mesmo cirúrgicas, isto é, se em determinada circunstância, embora ache que devemos integrar toda a gente que prestou serviços ao município, se às vezes aqui não aparece o “gás” por encomenda pelo facto puro e simples de que houve vagas, como é normal, por terem prioridade as pessoas que vêm por mobilidade, por já pertencerem aos quadros, terem preenchido essas vagas, agora precisamos de encontrar outras vagas.

Se como o senhor presidente anunciou, vem uma alteração ao quadro, seria bom que ela viesse mais fundamentada com documentos, para nós. Tomei conhecimento da maior parte dos documentos hoje, provavelmente a culpa foi minha, a Isabel pode ter mandado, mas como apago muitos emails por dia, posso sem querer ter apagado. Tenho todos os outros todos documentos, mas este faltou-me. Hoje deram-me alguns documentos e estive a ver. Vi que houve uma discussão interessante na câmara municipal, sobre este assunto. Para nós que estivemos a analisar isto hoje, a situação não ficou clara, pelo que nós iremos votar contra. Quando houver uma proposta de alteração de quadro, como já foi anunciada, e que venha claramente fundamentada. Porque dizer-se que vamos aumentar com uma pessoa para o Museu, mas que pode ir para a biblioteca. Qual é a necessidade? Que número de utentes temos que justifiquem ou não? Qual é o tipo de serviço educativo que se presta? Gosto muito que a biblioteca tenha estes serviços. Quando veio para cá a adesão à rede de bibliotecas escolares, eu era Diretor Regional e fui eu que referi o município de Tondela. A Dr.ª Teresa Calçada estava com dúvida se isso poderia provocar algum problema de ordem política e eu disse-lhe que isso não interessava, que se tivesse algum problema, para dizer que tinha sido eu a decidir. Fico muito satisfeito que isso seja assim, mas o que é um facto é que tenho dúvidas sobre o que está a ser proposto. Foi o que discutimos e por isso vamos votar contra.”

De seguida, o membro Cristiana Ferreira tomou da palavra:



Chel  
R  
AS

“Excelentíssimo senhor presidente da assembleia municipal, senhor presidente da câmara, demais elementos da mesa, membros da assembleia, senhores vereadores.

Muito boa tarde.

Relativamente a esta questão, se para o Partido Socialista, a questão não é clara, para nós é clara. Nesta circunstância muito em particular, foi detalhadamente justificada na ata que todos tivemos acesso. Não poderíamos deixar de salientar dois ou três pontos.

Em primeiro lugar a dinâmica foi aqui justificada, que se prende com constrangimentos de natureza financeira que implica que em cada momento a situação tenha de ser avaliada. As necessidades que foram, entretanto, evidenciadas tem de ser avaliadas em cada momento numa permanente análise, reestruturação dos serviços, nos ajustamentos que se impõe face às estratégias definidas pelo próprio município. E, não menos importante da conformidade legal dos procedimentos. Uma vez que estão verificados estes requisitos e que nesta situação em concreto, foram amplamente explicados, não podemos deixar de repudiar toda e qualquer afirmação que ponha em causa aquele que é o estreito cumprimento dos princípios de transparência e isenção existentes. Portanto, naturalmente que sendo uma matéria sensível não deixa de ser uma matéria que internamente impõe essa avaliação constante. Neste caso em particular, amplamente justificada. Por isso, o grupo Parlamentar do PSD votará favoravelmente esta alteração.

Permitam-me uma pequena curiosidade numa altura que tanto se fala de gestão de recursos humanos. Eu, até defendo que, nesta matéria, o mérito deve ser sempre o critério, independentemente de laços familiares.”

O membro Martinho Rodrigues interveio:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, caros colegas.

Queria só felicitar a câmara por um recrutamento que fez, durante este ultimo ano, um engenheiro florestal, para o gabinete técnico florestal. Era algo que vinha reclamando há muitos anos. Que achava estranho que num concelho com uma área florestal tão vasta, tinha como responsável um arquiteto, quando deveria ser de facto um engenheiro florestal. Não conheço a pessoa, mas só pelo facto de ser alguém com as habitações próprias, merece da minha parte esse apreço.



Cleod  
P  
L

Por outro lado, relativamente à questão deste recrutamento, sobretudo para uma área específica, como é a museologia, acompanhei durante vários anos a constituição do Museu Terra de Besteiros. Fiz parte da comissão de promoção do Museu e na altura pelo vereador da cultura, Dr. Felisberto, foi recrutado para o município uma pessoa que era das mais reconhecidas a nível nacional na área da museologia. Estou a falar do Dr. João Diogo. Soube há uns anos que ainda continuava como técnico no município. Só parece que perdeu qualidades. Foi sendo desclassificado, foi sendo ocultado e percebo o incomodo de uma pessoa com as capacidades que ele tinha. Queria perguntar quais são as funções objetivas que o Dr. João Diogo tem neste momento na área da museologia do município. Obrigado.”

O senhor presidente da câmara respondeu:

“Os serviços educativos têm um grau de interação e de polivalência que não se podem tornar estanques a determinado serviço em concreto, em particular num território como o nosso, onde deve potenciar a articulação entre os diferentes serviços. Muitos deles justificavam-se equipas multisectoriais para dar outro enquadramento.

O deputado Martinho esteve na comissão de promoção do futuro museu. Não foi na comissão de promoção do museu. Porque não existia, era para o futuro museu. O museu instala-se e cria-se em grande parte na década de 2007 a 2008, com grande trabalho técnico e envolvimento. Saído o facto de ter conhecido o Dr. João Diogo e provavelmente não creio que tenha sido por essa convivência que tenha perdido qualidades. Acredito que tenha as mesmas qualidades. Não tem é conseguido colocá-las ao serviço da instituição. Hoje o Dr. João Diogo não está integrado nos serviços do Museu. Está no arquivo municipal, a trabalhar, por se calhar se adequar mais às suas competências.

Com isto quero dizer que quem gere recursos nos vários domínios tem sempre um problema. É de saber até que ponto o limite deve ser conseguido na perspetiva de se aproveitar, reintegrar, readequar as competências de determinada pessoa. Ou a partir de que fronteira é que esse esforço é inglório. Quando este esforço é inglório e não se consegue tirar proveito, tem de se adequar a pessoa a funções que ela possa excrescer e que não seja um fator de conflito com terceiros.



Cláudio  
R  
B

No caso em concreto, tive o pelouro da cultura até 2009, na altura que trabalhamos de forma mais afinçada, com diferentes técnicos, com o chefe de divisão, Dr. Hélder Abraços, a Dr.ª Filipa Gouveia e outros técnicos, se quiséssemos concluir o processo do Museu, tivemos de perceber que tínhamos de encontrar uma solução alternativa, porque aquele recurso, que era academicamente qualificado, não contribuía para a serenidade funcional e eram os restantes técnicos que não conseguiam gerir e lidar com a pressão diária e permanente de conflito pessoal que então tinham. Aí tivemos de tomar opções e opção foi ajustar as funções. Se foi perdendo qualidades, não sei, não o conheci nessa altura. Sei dos conflitos que foi necessário ultrapassar e de gerir. Hoje por essa razão tivemos de readquirir novos quadros, novas competências.”

Colocado à votação a alteração do mapa de pessoal, foi aprovado por maioria com os votos contra dos membros: Rui Santos, Paulo Albernaz, Marta Marques, Jorge Batista, Carlos Veigas, Martinho Loureiro e Francisco Coutinho; uma abstenção do membro Abílio dos Santos. Votaram favoravelmente os membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Vera Machado, José Manuel Mendes, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Agnelo Laranjeira, José Carlos, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Paulo Roberto Carvalho.

### **2.11 Outros assuntos de interesse para o concelho**

O membro Francisco Coutinho interveio:

“Boa tarde, senhor presidente da assembleia municipal, senhor presidente da câmara, restante mês, caros membros, caros companheiros.

Outra vez na qualidade de presidente da União de Freguesias e sempre atento no principio da cooperação que norteará o meu mandato, venho aqui colocar umas questões ao senhor presidente da câmara de forma em engrandecer a cidade e o concelho de Tondela.



Cláudio  
R  
D

O assunto, agora, é a iluminação decorativa. Metade da iluminação decorativa do Palácio da Justiça está avariada há anos. As estatuas em frente, vulgarmente conhecidas por irmãs Teixeira, estão avariadas há anos. Todos os espelhos de água do jardim Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho, estão avariados. Nenhum tem luz, o do Tribunal merece redobrada atenção, porque os repuxos estão muito altos e do lado do Palácio da Justiça têm muita erva. A zona frontal à Igreja sofre um apagão há vários anos. A rotunda em frente à Igreja tinha 29 refletores Led's, só 4 é que resistem, há anos. Suprimiram o holofote que nessa rotunda iluminava o Museu Terra de Besteiros, o que origina fraca iluminação na rua Dr. Simões de Carvalho e no Largo 1º de Maio. O antigo mercado municipal, onde tanta vez o município promove atividades, está avariado há anos, o que agrava a iluminação pública circundante. A estátua do emigrante, não respeitante o projeto inicial que iluminava toda a estrutura, basicamente só ilumina o baixo ventre do homem grande, sobressaindo a pilita do mesmo. O jardim em frente ao posto da GNR, tem 5 pimenteiros de jardim avariados, há anos., a má iluminação está agravada pelo facto de ter sido suprimido o 3º globo de iluminação. Não deve haver cidade no país que tenha o posto policial às escuras, como Tondela. A Praça de Besteiros tem a sua iluminação decorativa em cerca de 80% avariada, até um dos holofotes que lá foi colocado para camuflar a avaria, também está avariado. A rotunda em frente com repuxos interiores está avariada, desde a sua instalação. A iluminação do edifício Novo Ciclo está avariada, há anos. A zona envolvente do cemitério, está avariada há anos. O monumento ao Combatente ao Ultramar, está às escuras há anos. O Parque Urbano 2, do lado direito quem olha para baixo, no sentido Comandante João Matos Ferreira para a antiga escola Conde Ferreira, hoje Associação dos Combatentes de Ultramar, está toda às escuras, há anos. As pessoas têm medo de lá passar nas caminhadas e os feirantes têm de andar de lanterna. O Largo do Calvário está às escuras, há anos, o que é propício a atividades menos licitas. A frontaria da capela do Calvário está às escuras, o que já foi alvo de vandalismo. A escadaria do Calvário, que vem até ao entroncamento da rua Tomás Ribeiro, em frente à capela do Divino Espírito Santo, vulgarmente conhecida por capela de Santa Eufémia, está avariada há anos. A Fonte da Sereia, senhor presidente, que foi no



Almeida  
P  
Bris

seu anterior mandato restaurada, por favor passe lá logo à noite, meia de água, cheia de lixo e completamente às escuras.

Ao que lhe vou perguntar quantos milhares de euros estão desperdiçados nestas estruturas. Deve haver uma razão para isto. Ou foram os projetos mal elaborados. Adquiriram material barato e de fraca qualidade? Há falta de manutenção, é desleixo? É opção de cariz económica? É opção de cariz político? O senhor vai repor? Precisa de ajuda? Está disposto pontualmente a protocolar com a União de Freguesias, de forma a colmatar ficando nós responsáveis de algumas dessas situações? Acho, com o devido respeito, que o município deve ter uma maior fiscalização sobre este setor. Tanto mais que a iluminação de Natal, que o senhor inaugurou em dezembro e que pagou 25 000€, como sabe pelos canais próprios e de forma educada colaborante, comuniquei que pelo menos detetei que duas noites na avenida Visconde de Tondela esteve às escuras e uma semana no mínimo o Largo Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho. O que quer dizer dos 25 000€, não foi prestado o serviço na sua totalidade. A culpa não sei de quem foi.

Agora para finalizar, deixe-me falar em algo romântico, porque nasci e cresci em Tondela. O jardim de Tondela foi criado em 1915 e destruído em 1972. Pertence à última geração que nele brincou. Em 1973, destruíram o jardim e prometeram um bonito espelho de água. Durante 34 anos aquele espelho de água transformou-se num bebedouro, a água que tinha era da chuva e a luz do sol. Em 2007, o município remodelou o jardim, o que foi construído no lugar daquele bebedouro, não um, mas dois bebedouros. Estão 2 espelhos de água vulgares, cheios de lixo, que não têm qualquer iluminação, nem qualquer repuxo. Por favor, senhor presidente, o Largo Anselmo Ferraz de Carvalho continua a ser a sala de visita da cidade de Tondela e, portanto, peço-lhe que esteja atento a essa situação.

Quero aproveitar para divulgar o livro que o Município e a União de Freguesias patrocinou, da autoria do José Coimbra e da Inês Borges, “Essência e Memória”, que tem um pouco da história de Tondela, das nossas associações, do nosso comércio, indústria, das nossas gentes e onde tem uma dúzia de fotografias daquele jardim, que peço a vossa excelência senhor presidente que as veja com redobrada atenção. Muito obrigado.”

O senhor presidente da câmara respondeu:



*Amel*  
*R*  
*h3*

“Registei, já há pouco tinha registado as observações. Em tom de brincadeira diria que metade dos problemas desaparecem se retirarmos as luminárias que estão avariadas. Registei isso, como também registei a circunstância, julgo eu de grande cooperação. Aliás pensei que o senhor presidente da união de freguesias o referisse, que das ultimas reuniões que tem havido na promoção de um evento, iniciativa numa 1ª fase da união de freguesias, e que este ano, numa ação conjunta que entre município e união de freguesias se desenvolverá. Associando não só as Festas da Mata, mas também a festa da diáspora tondelense, o que quer dizer que nessa circunstância o município irá ter um investimento considerável de acordo com a reunião ontem havida, para que permita não só viabilizar os dois eventos, garantindo uma conjugação de esforços e de oportunidades para a boa realização destes eventos. Haverá 2 dias de Festa da Mata e no domingo será dedicado à diáspora tondelense, que incluirá um período mais voltado para o emigrante que para a diáspora que se notabilizou nas várias áreas e nos vários estratos sociais e que culminará no final com essa mesma ação.

Em todo o caso, não deixo de sublinhar que é verdade que algumas circunstâncias e situações têm de ser melhoradas. Outras, não quero dizer que é por exagero ou de boa vontade, mas em outros casos temos de ter alguma avaliação crítica sobre algumas das questões aqui colocadas. Como disse há pouco, tomada a decisão do concurso dos Led's, tomaremos a decisão continua que é de saber se intervimos já, se esperamos. Se avançarmos já, vamos ter naturalmente algumas transformações aproveitando aquilo que já está estalado, iremos ter esse trabalho de cooperação que julgo que é importante.”

### **3-Período aberto ao Público.**

O senhor Joaquim Santos escreveu-se, tomando da palavra:

“Senhor presidente da mesa, senhores secretários, senhor presidente da câmara, senhores vereadores, membros da assembleia municipal, comunicação social.



Cláudio  
Já  
#21

Não estou aqui como vereador, estou como cidadão e sobretudo alguém que tem a ver com o Partido Socialista de Tondela. Venho aqui, porque me sinto obrigado a isso e ficaria muito mal se cá não viesse.

Queria dirigir-me concretamente ao senhor coordenador da Adices e à Vera. À Vera só lhe quero dizer que não é com essa educação, a dizer que os Socialistas de Tondela são mal-educados, que retira o seu nervoso que há uns tempos a anda a incomodar. E, vou dizer aqui uma coisa adaptada, chama-lhe meretriz filha antes que ela te chame a ti, no seguimento da intervenção do Francisco Coutinho que o Partido Socialista era algo como gatos, ou algo do género. Nós são somos um saco de gatos. Olhem para vocês, porque não há sacos de gatos, nem nada parecido, no Partido Socialista de Tondela. Portanto, acho bem que não volte aqui a repetir que há falta de educação ou que os Socialistas de Tondela são mal-educados. Fica o aviso.

Quanto ao senhor João Carlos, também se dirigiu ao presidente da comissão política. Eu sou presidente da comissão política até ser substituído, mas ainda falta muito tempo. Falou aqui que deveria falar sobre um processo. Qual processo? É o processo do Marquês? Só se for esse. Eu digo para o senhor andar com ele, porque o senhor foi o campeão durante estes anos todos a falar aqui no processo do Marquês. Olhe, dou-lhe um conselho: isto de vir para aqui e pôr-se em bicos de pés. Há uma coisa que quero dizer e com toda a sinceridade, mas com espírito crítico. O senhor tem todo o direito de estar aqui, está a substituir a sua presidente de junta, que deve estar de quarentena, agora como disse aqui o Francisco, e a Vera não percebeu, com certeza deveria estar a substituir a sua presidente de junta de freguesia, não deveria falar de assuntos que com certeza são do seu foro pessoal ou político nacional. Esta é a minha opinião. Tem legitimidade para o fazer. Moralmente é que é condenável e eu condeno-o. Digo olhos nos olhos que o condeno. Voltando ao processo, não sei qual é, nem o que quer falar, não sou obrigado a conhecer todos os processos. Não me preocupo com o processo. O senhor é que tem 3 processos com que se preocupar: o processo do Planalto Beirão; o processo da União de Freguesia de Tondela e freguesia de Nandufe anterior; e agora, com aquele julgamento que começou em Tondela e teve a 2ª sessão na terça-feira em Viseu. Esses é que o senhor se deve



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão ordinária 22-02-2019

preocupar, porque estão envolvidas pessoas que o senhor sempre defendeu, muitas delas, continua a defender e com toda a legitimidade, mas esteja preocupado. Eu não estou. O senhor é que deve preocupar com esses processos. Muito obrigado”.

Não havendo mais nada tratar, o presidente da assembleia deu por encerrada a assembleia, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

O Presidente: Carlos Correia

O 1º Secretário: José Augusto

O 2º Secretário: Almeida, S



## **PEDROGRÃO GRANDE UMA TELENOVELA SEM FIM Á VISTA**

Os últimos acontecimentos que têm manchado a pacata vila de Pedrogão Grande, são o continuar de um ciclo que está a transformar Portugal num País sem Lei, sem justiça e sem vergonha. Depois de ter sido constituído arguido nos incêndios de 2017, por motivos que cada vez se tornam mais justificáveis, surgiu agora um novo caso, com o Senhor Presidente da Câmara de Pedrogão, que é uma ofensa para Portugal e para os portugueses e um crime hediondo para os pedroguenses, que o elegeram para o cargo que ocupa. A colocação em armazéns do município de Pedrogão de todo o tipo de ofertas às vítimas dos incêndios, a não distribuição das verbas recolhidas para os mesmos, a possível oferta a familiares e amigos, daquilo que muitos portugueses, com muito sacrifício e amor mandaram para os seus irmãos de Pedrogão, tão afetados pelos incêndios de 2017, é um crime demasiadamente grande, que não podemos nem devemos deixar passar em claro. E não se trata duma questão política, pois infelizmente, homens como este existem em todos os partidos políticos. E não podemos nem devemos também, ser indiferentes ou apenas meros observadores, a estas situações pelo facto, dos criminosos em causa, e é assim que me apetece chamar-lhes, serem ou não da nossa cor política. O 25 de Abril, não serviu apenas para elegermos democrática e livremente os nossos representantes políticos. Serviu acima de tudo para termos um País melhor, mais justo e sempre a favor dos mais fracos e desfavorecidos. Não serviu de modo nenhum para proteger pessoas com a estirpe do Senhor Presidente da Câmara de Pedrogão Grande. Por tudo isto, quero manifestar perante vós, a minha inequívoca solidariedade para com o povo tristemente afetado pelos incêndios de Pedrogão Grande e ao mesmo tempo também, um voto de profundo descontentamento pelas patéticas

e lastimáveis atitudes, tomadas a este propósito, pelo atual  
Presidente do Município de Pedrogão Grande.

Cláudio  
R  
L

Abílio Rodrigues dos Santos.

Abílio Rodrigues dos Santos

## SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

### 1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 15 de fevereiro de 2019.

### 2. RECETA

#### 2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (janeiro 01/2019 a 15-02-2019)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECETA PREVISTA CORREGIDA	RECETA CORRIDA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO RELATIVO AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (12.6%)	PESO DA EXECUÇÃO RCB NA RECETA TOTAL
UAF	DESCRIÇÃO	€	€	PERCENTUAL	PERCENTUAL	PERCENTUAL
	<b>Recetas Correntes</b>	<b>19.811.056,48</b>	<b>1.488.371,00</b>	<b>7,47%</b>	<b>-5,13%</b>	<b>88,43%</b>
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4.801.114,19	291.311,88	6,14%	-7,46%	14,83%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	88.049,28	13.818,45	16,47%	2,87%	8,80%
04	TAXAS, MULTAS, PENALIDADES	291.881,08	91.877,87	38,48%	23,88%	8,87%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.308.388,00	72.286,22	5,82%	-7,88%	4,38%
08	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.488.980,00	828.382,82	7,22%	-6,38%	88,08%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.812.388,00	218.081,08	11,87%	-0,78%	13,84%
09	OUTRAS RECETAS CORRENTES	113.388,00	8.888,08	7,88%	-4,88%	8,88%
	<b>Recetas de Capital</b>	<b>16.083.881,00</b>	<b>188.888,78</b>	<b>1,18%</b>	<b>-11,41%</b>	<b>11,87%</b>
08	VENDA BENS INVESTIMENTO	21,00	0,00	0,00%	-12,00%	0,00%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16.083.888,00	188.882,00	1,14%	-11,48%	11,00%
12	PASSIVOS FINANÇEROS		-	-	-	-
13	OUTRAS RECETAS CAPITAL	2,00	7.884,78	38878,88%	38878,88%	8,88%
16	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS		-	-	-	-
18	BALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		-	-	-	-
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>36.814.888,48</b>	<b>1.688.187,78</b>	<b>4,64%</b>	<b>+7,56%</b>	<b>100,00%</b>



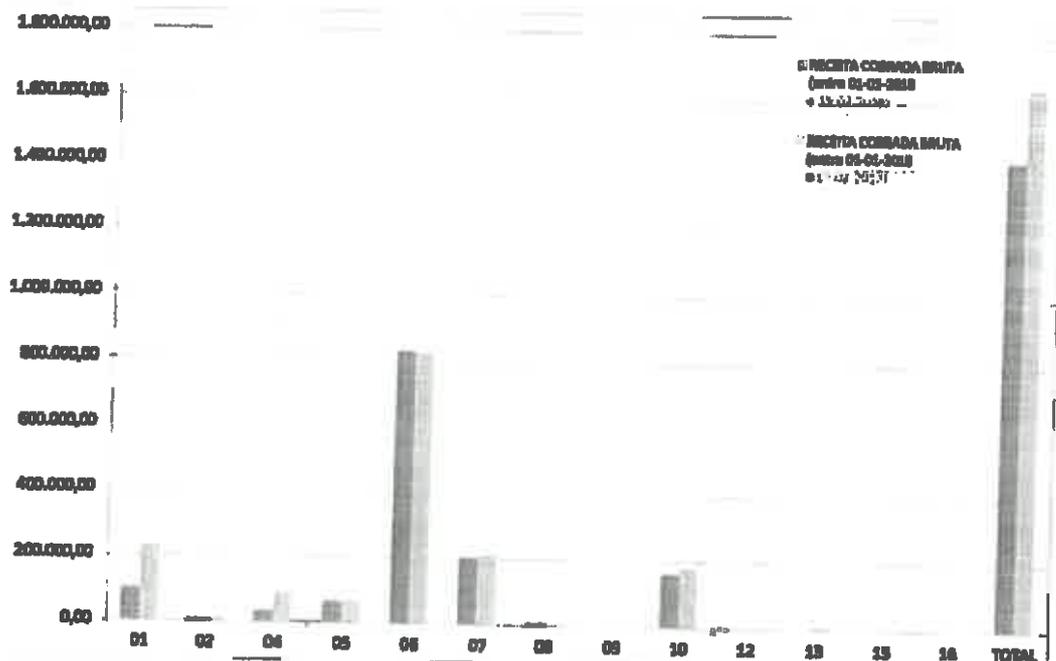
*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita aceitável de 4,64%, apresentando um desvio negativo face ao grau de execução de 7,96%.

Analisando a estrutura da receita, ressalta a execução em termos de valores absolutos, registada no capítulo das transferências correntes e de capital, capítulo onde estão refletidas as transferências do Orçamento do Estado (FEF e participação comunitária de projetos financiados) e que, grosso modo, assumem um peso de 61% no total da receita do Município. Igualmente expressiva, em valores absolutos, embora com um peso menos significativo na estrutura global da receita, cerca de 14%, encontram-se os impostos diretos (IMI, IMT, IUC e Derrama)

Em síntese, a receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de 1.649.107,76€, importa mencionar que, não se encontra, ainda, refletido na execução orçamental da receita, o saldo da gerência anterior, que só será incorporado na primeira revisão orçamental do ano.

## 2.2. EVOLUÇÃO DA RECEITA POR COMPARAÇÃO COM PERÍODO HOMÓLOGO



Da análise do gráfico acima exposto, é possível concluir que, globalmente, o nível de execução da receita registada, no período em análise, quando comparado com o registado no período homólogo, se apresenta satisfatório, com uma variação positiva, em termos absolutos, de aproximadamente 220.000,00€.

Evidencia-se ligeiramente o crescimento dos impostos diretos, que se fica a dever, essencialmente, à execução do Imposto Único de Circulação (IUC) e do Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa Imóveis (IMT).

### 3. DESPESA

#### 3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: 01-01-2008 a 31-03-2008

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORREGIDAS	DESPESA PLG	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO PARA O GRAU DE EXECUÇÃO ESPERADO (12,60%)	PERCENTAGEM DE EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL
<b>Despesas Correntes</b>		<b>17.211.198,91</b>	<b>1.639.926,06</b>	<b>9,52%</b>	<b>-2,78%</b>	<b>79,82%</b>
01	Despesas com Pessoal	8.898.089,00	401.203,10	4,50%	-8,78%	18,93%
02	Aquisição de Bens e Serviços	8.365.861,91	1.042.184,91	12,46%	-0,14%	48,33%
03	Juros Outros Encargos	39.013,00	8.268,88	21,19%	16,71%	0,40%
04	Transferências Correntes	2.594.028,00	176.367,46	6,80%	-4,36%	8,30%
05	Outras Despesas Correntes	149.208,00	62.907,24	42,16%	29,88%	2,96%
<b>Despesas de Capital</b>		<b>16.393.448,87</b>	<b>427.185,13</b>	<b>2,59%</b>	<b>-10,27%</b>	<b>23,16%</b>
07	Aquisição de Bens de Capital	15.763.914,00	291.746,87	1,85%	-11,00%	11,80%
08	Transferências de Capital	1.829.433,87	64.938,78	3,55%	-0,14%	3,04%
09	Ativos Financeiros	72.578,00	0,00	0,00%	-12,60%	0,00%
10	Passivos Financeiros	579.200,00	111.111,11	19,18%	0,00%	8,25%
11	Outras Despesas de Capital	29.513,00	0,00	0,00%	-12,60%	0,00%
<b>TOTAL</b>		<b>33.604.648,48</b>	<b>2.117.120,89</b>	<b>6,30%</b>	<b>-6,04%</b>	<b>100,00%</b>

Faça à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa corrente de 9,82% sendo, o grau de execução esperado de 12,60%, representando um desvio negativo de 2,78%. Por outro lado, regista uma taxa de execução da despesa de capital de 2,33%, o que representa um desvio negativo de 10,27%.

Tal como em anos anteriores, é importante salientar que a distorção na análise dos dados contidos neste mapa pode provocar, em períodos de análise inferiores aos doze meses, uma vez que, o cálculo da execução orçamental da despesa tal como deve ser efetuado, nesta fase, gera obrigatoriamente dados enviesados, que podem induzir em erro, uma vez que nem todas as despesas ocorrem de forma regular ao longo do ano, no entanto para a assunção de compromissos a despesa tem que estar prevista, mas dependendo dos prazos de execução não tem que estar necessariamente paga. São disso exemplo, as despesas referentes ao serviço da dívida, a execução do FAM, bem como as aquisições de capital, em que cada empreitada tem um cronograma financeiro próprio.

### 3.2. EXECUÇÃO DE COMPROMISSOS

Período 01-01-2019 a 31-03-2019

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
CNP	ESPECIFICAÇÃO	15	01	01 x 100 / 15 (%)
<b>Despesas Correntes</b>		<b>17.211.185,91</b>	<b>12.776.492,41</b>	<b>74,23%</b>
01	Despesas com Pessoal	5.836.096,00	5.081.630,04	87,07%
02	Aquisição de Bens e Serviços	8.309.691,91	5.996.629,00	68,09%
03	Juros Outros Encargos	36.013,00	32.402,16	89,97%
04	Transferências Correntes	2.824.069,00	1.845.704,04	65,36%
08	Outras Despesas Correntes	145.296,00	120.127,37	81,01%
<b>Despesas de Capital</b>		<b>18.303.443,57</b>	<b>5.640.859,73</b>	<b>30,82%</b>
07	Aquisição de Bens de Capital	16.763.914,00	3.622.052,25	22,09%
08	Transferências de Capital	1.859.429,57	1.338.747,35	72,00%
09	Activos Financeiros	72.375,00	72.375,00	100,00%
10	Passivos Financeiros	579.200,00	579.155,69	99,99%
11	Outras Despesas de Capital	28.531,00	26.528,44	99,99%
<b>TOTAL</b>		<b>35.514.629,48</b>	<b>18.417.351,14</b>	<b>51,95%</b>

Através da análise do quadro acima podemos constatar que, à data do reporte, no que diz respeito a despesas correntes, já comprometemos 74,23% da dotação orçamental do Município, enquanto que nas despesas de capital essa execução encontra-se nos 30,82%.

No que diz respeito à totalidade de compromissos, a sua execução encontra-se a na ordem dos 52%.

Do total dos compromissos assumidos de 18.417.351,14€, até à data de 15-02-2019, cerca de 12M€ são compromissos transitados do ano anterior.

### 3.3. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º e n.º 4 do artigo 16.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei do Compromissos e Pagamentos em Atraso - LCPA) e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho a Assembleia Municipal aprovou, no artigo 10º da Norma de Execução Orçamental dos Documentos Previsionais de 2019, na reunião do dia 17 de dezembro de 2018, uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

- Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
- Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove Euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;
- Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico e/ou financeiro de Investimentos e outras despesas.

Faca ao que precede verificou-se que se assumiram os seguintes compromissos plurianuais entre 01-01-2019 a 15-02-2019.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 01/01/2019 A 15/02/2019				
<i>(em obediência da autorização prévia concedida em 17/12/2018 pela Assembleia Municipal)</i>				
Descrição sumária do compromisso plurianual	2020	2021	2022	Seguintes
Fornecimento Contínuo de Consumíveis de Higiene e Limpeza para os Edifícios Municipais	17.075,31 €			
Protocolo Colaboração Apoio Obras Ampliação Cemitério Vilar Besteiros	17.000,00 €			
Aquisição e Montagem Ecrã Outdoor e Equipamentos Acessórios Parque Urbano - Assistência Técnica	123,00 €	123,00 €		

*Cláudia  
R  
E*

#### **4. CONCLUSÃO**

Estando decorridos apenas 46 dias do ano de 2019, poderemos concluir que o indicador da receita e da despesa se encontram ligeiramente abaixo do padrão, salientando, no entanto, que ainda se mantém a fragilidade da definição de um valor padrão de análise de execução orçamental para um período inferior a doze meses.

**Tondela, 15 de fevereiro de 2019**

**A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,**



**Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela  
(de 18 de dezembro de 2018 a 21 de fevereiro de 2019)**

**Senhor Presidente da Assembleia Municipal,**

**1-**

Como já tivemos a oportunidade de evidenciar em outras ocasiões, as questões ambientais são para nós matérias fulcrais e que estarão sempre no centro das nossas preocupações.

Razão pela qual rejeltamos as ações de quem se apoia no populismo primário, ou na criação de alarmismos especuladores, que outra coisa não visam, do que criar mecanismos de agitação social, e nunca contribuem para uma reflexão sólida, pedagógica e construtiva.

Entendo que as causas ambientais não são causas ideológicas. São desafios permanentes que se colocam a qualquer território.

Também é verdade que hoje o grau de evidência e os patamares de referência são bem mais exigentes do que os vividos há algumas dezenas, ou pares, de anos.

Por tudo isto, importa desconstruir alguns mitos.

O primeiro é o de que o município não realiza (e realizou) elevados investimentos no domínio do ambiente.

O segundo é querer acreditar que, uma vez investidos recursos em determinado equipamento, daí resulta que durante anos, ou décadas futuras, nada mais há a fazer. Como se tais equipamentos não tivessem um período de vida útil, e como se as dinâmicas do meio, com claras implicações no tipo de efluentes produzidos, não contribuíssem para alterar os conceitos prévios.

É neste contexto que importa referir a visita à ETAR da ZIM de Tondela/Adiça, a que os membros desta Assembleia Municipal tiveram oportunidade de assistir em dezembro do ano passado, onde foi possível perceber que esta ETAR apresenta bons parâmetros de funcionamento e rentabilidade, que vêm sendo graduais, desde a sua entrada em funcionamento em 2015.

Esta ETAR, cujo investimento rondou os 1,2 milhões de euros, contou com alguns problemas iniciais, já que não teve o enquadramento técnico - previsto na empreitada e que duraria nos primeiros seis meses de funcionamento - pelas razões conhecidas associadas ao adjudicatário.

No entanto, o seu funcionamento acabou por vir a evoluir de forma muito significativa, particularmente, com o empenho dos técnicos do município e dos serviços contratualizados para este fim..

Os parâmetros biológicos são altamente tratados e os físico-químicos estão a evoluir, estimando-se que muito em breve também os parâmetros físico-químicos atinjam outros níveis, com a instalação de software apropriado, o que já se verificou há duas semanas.

É reconhecido que não se deve ao funcionamento da ETAR a observação de espuma na linha de água, consequente a turbulência da mesma, em particular na povoação de Dardavaz.

Esta evidência é tanto maior, quando é sabido que a descarga do emissário da ETAR se realiza a montante desse local.

Se assim é, porquê fazer crer o contrário? Porquê alimentar redes sociais com vídeos repetidos e com o claro intuito de manipular a informação?

Somos os primeiros em querer que as diferentes redes, sejam de águas pluviais ou residuais, não tenham utilizações indevidas.

Por isso, e porque foram registados alguns episódios de utilização indevida da rede de águas pluviais, ocorreram verificações físicas a essas redes com que elementos da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e também do SEPNA da GNR.

Mais recentemente, há cerca de duas semanas, desconhecidos terão efetuado uma descarga junto ao coletor da ETAR, com resíduos que aparentam ser maioritariamente grãos e sementes de diferentes frutas, o que originou a obstrução na entrada da ETAR.

Não tivesse sido detetada a situação nas primeiras horas do dia 09 de fevereiro, certamente que poderia ter originado uma situação crítica, já que todo o efluente deixaria de ser conduzido para o sistema de tratamento e iria ser levado, correndo a superfície, para os coletores que estão ligados à rede pluvial.

Quem procedeu com este intulto, certamente, não ignorava as consequências para o sistema de tratamento e, conseqüentemente, para a imagem pública do Município de Tondela. Já o dissemos e reafirmamos, que esperamos que os infratores sejam responsabilizados, daí que tenhamos solicitado a presença do SEPNA/GNR, para que fosse efetuada a devida participação.

Em conclusão, reiteramos o compromisso com a preocupação da proteção do Ambiente, sem falsos propósitos, ao mesmo tempo que desejamos que todos contribuam para a utilização adequada destas redes de Infraestruturas.

Como também cremos na responsabilidade social e ambiental das nossas Indústrias e dos seus responsáveis, razão pela qual, conjuntamente, estaremos na primeira linha da cooperação responsável, mas sem deixarmos de ser determinados com a salvaguarda dos mais elevados padrões de exigência.

## 2-

Ainda em matéria ambiental, depois de terem sido aprovados os princípios da adesão e Integração do Município de Tondela numa estrutura supramunicipal de gestão de tratamento de águas residuais, Informamos que o processo continua em construção, quer no domínio formal da constituição da **empresa pública**, quer na construção de candidaturas junto do POSEUR, sendo o município de Tondela designado por município líder.

Como é sabido, por imposição do Governo, as candidaturas em sede de POSEUR só podem ser feitas por municípios ou agrupamentos de municípios com dimensão populacional que seja superior a 50 mil habitantes.

Tondela com cerca de 28 mil habitantes teve de unir esforços com outros municípios, para a constituição de uma empresa pública Intermunicipal, que possa servir de opção para garantir uma otimização de recursos técnicos, mas também o caminho, único, nas condições importas pela tutela, para garantir Investimentos públicos com recurso a financiamento comunitários.

A empresa constituída terá de se submeter necessariamente a pareceres da ERSAR e do Tribunal de Contas. Por força do Decreto-lei 194/2009 de 20 de agosto, a entidade reguladora terá de se pronunciar sobre a estrutura tarifária e o Tribunal de Contas terá de se pronunciar sobre a sua sustentabilidade, de acordo com a Lei 50/2013, já que se trata de uma empresa pública Intermunicipal.

Quer isto dizer que o modelo de gestão delegada, como está previsto no capítulo I ponto 1, incluirá documentos anexos, que serão objeto de análise desta assembleia municipal, como oportunamente informei.

Resultante da estrutura dos municípios que se agregarem, ocorrerá uma estrutura de tarifário, um modelo de Investimento e modelo de sustentabilidade.

Como já anteriormente referi, neste modelo de gestão delegada os municípios manter-se-ão detentores das suas Infraestruturas. O contrato de gestão delegada tem um período de vigência de 10 anos e o plano de Investimento pode ser revisto a qualquer momento.

Os novos Investimentos que venham a ocorrer na esfera da empresa Intermunicipal pública ficarão sob a sua gestão e sua propriedade, sendo que a mesma reverterá à esfera do respetivo município no momento e quando se extinguir.

Face à evolução deste tema, como é sabido, não se verificou a opção política de um dos municípios – Mortágua – em prosseguir, nesta fase, com o propósito da agregação.

Do que se conhece, tal decisão assenta na circunstância de ser o município onde se evidencia maior desequilíbrio no tarifário.

*Acord*  
*R*  
*Bras*

Observe-se que a estrutura de tarifário deverá ser ajustada, independentemente de um município estar ou não agregado. São essas as imposições das diretivas comunitárias e nacionais.

Naturalmente que nesta situação impõe-se que esta assembleia municipal faça a devida retificação da sua deliberação, sendo agora, e nesta fase, o modelo de agregação constituído por quatro municípios.

### 3-

Neste período foram várias as ações que mereceram o envolvimento permanente do Município de Tondela, com visita a várias freguesias, mas também um conjunto de reuniões com diferentes instituições e entidades, com destaque para a CCDR-C, CIM Viseu Dão Lafões, Planalto Beirão, APA, Adices, ASAE, para além de várias empresas como a Valouro, Labesfal, Farmácia de Molelos, Galbítec, Socorpena e a administração das Águas do Caramulo. Destaque ainda para a reunião com o senhor secretário de Estado do Ambiente, e com responsáveis da AMA – Agência para a modernização administrativa no quadro da Loja do Cidadão.

Gostaríamos ainda de fazer novo ponto de situação sobre a grande operação de reconstrução de habitações permanentes, que continua a merecer o contínuo envolvimento de vários setores do Município.

Relembrar que este é o município onde o montante de investimento é mais elevado, de toda a região centro, diz bem a tarefa diária que nos mobiliza.

16 meses depois dos trágicos incêndios de outubro de 2017, são mais de 70 as habitações concluídas no âmbito do Programa de Apoio à Recuperação de Habitações Permanentes (PARHP), sendo previsível que após a Páscoa restem cerca de duas dezenas em execução. Até lá, à medida que forem ultimadas, continuarão a entregues mais as habitações.

Importa lembrar que as que tiveram investimentos atribuídos até 25 mil euros, esses montantes foram entregues diretamente às respetivas famílias, mediante justificação de orçamento e a devida fiscalização por parte do Município de Tondela e da CCDR-C. Deste lote, praticamente tudo está resolvido.

Ainda há trabalho para fazer, mas não podíamos deixar de assinalar que continuamos a ser um exemplo neste árduo processo.

No que toca a segundas habitações, atualizamos para 41 o número de candidaturas ao sistema de apoio à reconstrução e reparação de casas de segunda habitação, atingidas pelos incêndios de outubro do ano passado, utilizando para o efeito o sistema de empréstimo operado pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Neste momento, os 41 candidatos já receberam a proposta de decisão, encontrando-se este processo na fase de entrega de orçamentos por parte dos proprietários das casas.

Para acederem a estes apoios, as pessoas tiveram que demonstrar que, no ano de 2017, na totalidade ou em parte desse ano, tinham contrato ou fornecimento de energia elétrica, ainda que com consumos mais reduzidos do que numa habitação permanente.

Recordamos que as despesas das obras de valor igual ou inferior a 50 mil euros têm uma comparticipação de 50%, enquanto que as de valor superior a 50 mil euros e inferior a 75 mil euros têm comparticipação de 40%, e deste patamar até 100.000€, o apoio é de 30%.

Os apoios só são concedidos após a demonstração de que o capital próprio que a família tem que investir foi aplicado.

### 4-

Por último, gostaríamos de partilhar que, em dezembro de 2018, se concluiu a candidatura ao Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE), no valor total de 2,5 milhões de euros.

Com esta candidatura, o Município de Tondela pretende obter financiamento para as operações de emergência e recuperação de Infraestruturas municipais afetadas pelos Incêndios de outubro de 2017, de forma a compensar os danos dele decorrentes, repondo as condições normais de serviço e segurança, reabilitando e recuperando as infraestruturas danificadas.

A tipologia das Intervenções candidatas, enquadram-se no âmbito das definidas no artigo 3º do despacho nº8460/2018 de 31 de agosto, designadamente a reparação da rede viária, segurança rodoviária, restabelecimento das condições de circulação em segurança, restabelecimento do estabelecimento de água e águas residuais, estabelecimento de equipamentos municipais de lazer e património cultural e o restabelecimento de edifício municipal na freguesia de Molelos.

No que toca o restabelecimento das Infraestruturas e equipamentos no domínio dos transportes, está prevista a reparação de algumas vias de comunicação, sequencialmente em função do grau de prioridade, sendo previsível que os recursos possam não permitir que todas sejam realizadas:

- .Dardavaz (ex-EN2)- Borralhal;
- .Cruzamento Vale/Arnosa/Ex-ER 228;
- .Ex-Er 228 troço Caparrosa – limite do concelho,
- .EM(EX-ER337) Troço Teomil – Sangemil.
- .Ligação Molelos – Molelinhos,
- .Vila Nova da Rainha- Limite do Concelho,

No que toca a recuperação de equipamentos de lazer e de património cultural, esta candidatura prevê a recuperação de percursos pedestres, da Estela-Menir, da Arte Rupestre da Alagoa, Anta da Arquilha da Moura, do Centro Interpretativo da Estação de Arte Rupestre de Molelinhos, do projeto Ambientes do Ar – Molinhos de Souto Bom, para além da recuperação das instalações e Infraestruturas sinalizadas em algumas freguesias.

Recordo que, logo após aos Incêndios, o Município de Tondela realizou com meios próprios os trabalhos de rescaldo, corte de árvores caídas nas estradas, remoção de postes e cabos caídos, limpeza das bermas e valetas, desobstrução de passagens hidráulicas.

Pela sua natureza, a implementação destas ações previstas na candidatura, terão, certamente, um impacto na reabilitação do território afetado, com o correspondente benefício direto na qualidade de vida das pessoas.

**Tondela, 15 de fevereiro de 2019**

**O presidente da Câmara Municipal de Tondela**

**José António Gomes de Jesus**



**Exmos Senhores**

**Presidente da AM**

**Presidente da Câmara Municipal**

**Senhore Deputados Municipais,**

**Minhas Senhoras e Meus senhores**

Um território mostra a sua capacidade de desenvolvimento através de diversos indicadores, onde a atratividade do investimento que consegue alcançar e a qualidade de vida que consegue proporcionar, têm lugar de destaque.

Para alcançar esse desiderato para além da iniciativa privada, a Câmara Municipal é um parceiro fundamental e desempenha um papel determinante nessa dinâmica.

E é, verdadeiramente, isso que tem acontecido.

Desde a última Assembleia Municipal ocorrida em dezembro passado, o município promoveu, apoiou ou incentivou inúmeras iniciativas que espelham bem essa dinâmica e essa capacidade de realização.

Dos múltiplos exemplos que vos podia apresentar, permitam-me que destaque:

- A entrega das chaves de 18 casas reconstruídas.

Dessas, 18 habitações, 12 eram de reconstrução total e seis parciais, de famílias que viram os incêndios de outubro de 2017 desvirar as suas vidas.

Lembramos que sendo os primeiros na dimensão da tragédia, o município de Tondela foi líder na celeridade processual que levou á recuperação possível da maior tragédia que algum dia assolou o nosso concelho.



Clara  
R  
2019

Nunca é de mais lembrar que foram instruídos 173 processos para apoio de primeiras habitações (apoio até 25 mil euros e de valor superior, a integrar em empreitada a desenvolver pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro), uma tarefa hercúlea que inclui a instrução de tantos processos, de apoio a tantas pessoas, ouvindo desabaços dolorosos, amparando e transmitindo coragem.

Importa também aqui referir, porque é justo fazê-lo, a capacidade de liderança do sr Presidente da Câmara bem espelhado nas palavras da Sra Presidente da CCDRC Ana Abrunhosa, que agradeceu ao presidente da Câmara de Tondela por ter tornado "este processo mais fácil", graças a um "extraordinário trabalho e dedicação". Estas palavras foram corroboradas pelo ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, que destacou a "excelente parceria institucional", quer neste processo de reconstrução de habitações, como também em relação ao IP3. Foi sem dúvida uma forma esperançosa de se começar o ano de 2019.

Queremos igualmente destacar outras iniciativas.

- As atividade levada a cabo pelo Museu "Terras de Besteiros"
- A apresentação da terceira edição da Meia Maratona de Tondela - Ecopista do Dão / A Corrida da Natureza, que terá lugar a 05 de maio.
- A 1ª edição do Campeonato Concelhio de Xadrez, para alunos do 1º Ciclo, como forma de incrementar a taxa de sucesso educativo.
- As atividades ligadas ao período natalício com eleição das três melhores árvores de Natal e os três melhores presépios, que participaram no concurso "Reciclar e Enfeitar para Embelezar 2018"
- Por último e não menos importante as comemorações do 31.º Aniversário da Elevação de Tondela a Cidade

João Pereira

